

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA  
ARNALDO ALVES DA COSTA NETO

A Política Externa Norteamericana após os Atentados  
Terroristas de 11 de Setembro de 2001.

Rio de Janeiro  
2010

ARNALDO ALVES DA COSTA NETO

A Política Externa Norteamericana após os Atentados  
Terroristas de 11 de Setembro de 2001.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como exigência curricular para  
obtenção do certificado de conclusão do Curso de  
Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola  
Superior de Guerra.

Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo

Rio de Janeiro  
2010

Costa Neto, Arnaldo Alves da

A Política Externa Norteamericana após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001 / Cel Cav Arnaldo Alves da Costa Neto. Rio de Janeiro: ESG 2010.

66 f.: ii.

Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2010.

1. Atentados Terroristas. 2. Política Externa Norteamericana. 3. Reflexos na Conjuntura Global. 4. Implicações para o Brasil. I. Título.

A minha amada esposa Maristela e aos meus queridos filhos Gabriel e Isabela, como reconhecimento a todo amor, dedicação e confiança durante toda a jornada.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos recebidas e pela paz e serenidade alcançada nos momentos difíceis.

À Escola Superior de Guerra, pelos ensinamentos e orientações recebidas.

Aos meus queridos pais, pela educação, amor, dedicação e exemplo e por tudo que me legaram nessa vida.

Aos meus amigos da turma AMAZÔNIA AZUL do CAEPE/2010, pelo incentivo e ajuda desinteressada nos momentos diversos da jornada, pela compreensão, pelo carinho e pela amizade que nos enobrece e fortalece e pela certeza de poder contar com todos a qualquer hora e em qualquer lugar.

Aos membros do Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos transmitidos com sabedoria e oportunidade, pela camaradagem e amizade demonstradas no trato diário e pela busca incessante do aperfeiçoamento pessoal e dos estagiários.

Ao Prof Dr José Amaral Argolo, meu ilustre orientador, pela serenidade, incentivo, orientação e acompanhamento até o final da jornada.

Por fim, à minha esposa, Maristela, e aos meus filhos, Gabriel e Isabela, tão queridos e caros com os quais tenho a imensa felicidade em conviver. Pessoas imprescindíveis para o sucesso nessa longa caminhada. Agradecer-lhes é mais que uma obrigação e o melhor gesto que posso empreender nesta hora é tão somente a gratidão e carinho pelos momentos de compreensão, ajuda e incentivo, os quais recebi em todos esse anos de convivência harmoniosa, afável e muito profícua. Suas presenças são o recanto de estímulo para o meu ser ao final de cada jornada. Grato sou a vocês, pedindo a **DEUS** que ilumine nossas vidas e mantenha a nossa família sempre unida.

## RESUMO

Este trabalho se propôs a realizar um estudo sobre a política externa adotada pelos Estados Unidos da América após os atentados de 11 de setembro de 2001. Os atentados, realizados pela Rede Al Qaeda, atingiram dois dos mais importantes símbolos da potência capitalista. Como resposta imediata aos ataques e na busca de seus mentores, os Estados Unidos, amparados por seu público interno e pela maioria da comunidade ocidental, lideraram uma coalizão que invadiu o Afeganistão e depôs o regime Talibã. Em setembro de 2002, o governo norteamericano lançou a Doutrina Bush que passou a nortear sua política externa, e, nos meses e anos seguintes, provocou intensos reflexos na conjuntura mundial. Essa doutrina teve como pressuposto fundamental a estratégia militar de ações preventivas e antecipadas contra estados hostis e grupos terroristas. Desde então, o próximo alvo norteamericano passou a ser o regime ditatorial iraquiano presidido por Saddam Hussein. Os EUA sofreram forte oposição, liderada pela França e Alemanha, aos seus planos. Assim mesmo, a invasão do Iraque foi consumada, fato que desencadeou uma crise de autoridade na ONU, bem como um abalo na chamada aliança atlântica e no sistema multilateral de relações mundiais. Em 2009, assumiu o governo norteamericano, Barack Obama, que, durante sua campanha presidencial, enfatizou, dentre outras prioridades, a necessidade de maior diálogo e de cooperação entre os Estados Unidos e o mundo, sinalizando para uma distensão da política externa conduzida por Bush. A chamada Doutrina Obama, contida na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América/2010, dá manifestos sinais nessa retomada da distensão e a valorização de um mundo multipolar. Esse contexto internacional vem provocando implicações políticas e militares para o Brasil, que imprimiu mais agressividade à sua política externa, no sentido de afirmar sua posição soberana no hemisfério sul, mantendo suas convicções de que somente uma ordem internacional, baseada no direito internacional, no multilateralismo e no fortalecimento da ONU, poderá trazer reais benefícios para o mundo.

Palavras-chaves: 11 de Setembro. Política Externa dos EUA. Doutrina Bush. Sistema Multilateral. Doutrina Obama. Implicações para o Brasil.

## **ABSTRACT**

This work intend to do a study about the foreign policy adopted by the United States of America after the terrorists attempts on September eleventh of 2001. The attempted, carried through for the Al Qaeda Net, had reached two of the most important symbols of the capitalist power. As immediate reply to the attacks and in the search of its mentors, the United States, supported for its internal public and the majority of the community occidental person, had led a coalition that invaded the Afghanistan and put down the Talibã regimen. In September of 2002, the North American government launched the Bush Doctrine that started to guide its external politics and, in the months and following years, it provoked intense consequences in the world situation. This doctrine was fundamental assumption of the military strategy of preventive and early actions against hostile states and terrorist groups. Since then, the next North American target started to be the Iraqi dictatorial regimen presided over by Saddam Hussein. The U.S.A. had suffered a strong opposition, led for France and Germany, to its plans. Thus exactly, the invasion of Iraq was consummated, fact that unchained a crisis of authority in the UN, as well as a shock in the called atlantics alliance and in the multilateral system of worldwide relations. In 2009, he assumed the U.S. government, Barack Obama, who, during his presidential campaign, he emphasized, among other priorities, the need for greater dialogue and cooperation between the United States and the world, signaling a loosening of foreign policy driven by Bush. Calling Obama Doctrine, contained in National Security Strategy of the United States of América/2010 gives obvious signs that the recovery strain and recovery of a multipolar world. This international context comes provoking politics and military implications for Brazil, which printed more aggressively to its foreign policy, in order to assert its sovereign position in the southern hemisphere, keeping their conviction that only an international order based on international law, multilateralism and the strengthening of the UN, could bring real benefits to the world.

Word-keys: September eleventh. U.S. Foreign Policy. Bush Doctrine. Multilateral System. Obama Doctrine. Implications for Brazil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Atentado às torres do WTC.....	15
----------	--------------------------------	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Armas de Destruição em Massa
ANP	Autoridade Nacional Palestina
CBS	Columbia Broadcasting System
CEE	Centro de Estudos Estratégicos
CIA	Central de Inteligência Americana
CS	Conselho de Segurança
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ETA	Pátria Basca e Liberdade
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI	Bureau Federal de Investigação
IRA	Exército Republicano Irlandês
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TPI	Tribunal Penal Internacional
UE	União Européia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTC	Centro de Comércio Mundial

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2	<b>OS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO</b> .....	12
2.1	ANTECEDENTES.....	12
2.2	COMO ACONTECEU.....	16
3	<b>A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA</b> .....	18
3.1	A DOCTRINA BUSH.....	18
3.2	OS EUA EM GUERRA.....	21
3.2.1	<b>A Queda do Regime Talibã – A Invasão do Afeganistão</b> .....	21
3.2.2	<b>As Crises com a ONU e as Potências Europeias</b> .....	24
3.2.3	<b>A Guerra no Iraque</b> .....	26
3.3	AS MEDIDAS DE SEGURANÇA E AS RESTRIÇÕES À LIBERDADE.....	31
3.4	O INÍCIO DO GOVERNO OBAMA.....	33
3.4.1	<b>Prisão de Guantánamo</b> .....	34
3.4.2	<b>Guerra no Afeganistão</b> .....	34
3.4.3	<b>Atuação no Tribunal Penal Internacional</b> .....	34
3.4.4	<b>Guerra no Iraque</b> .....	35
3.4.5	<b>Doutrina Obama</b> .....	36
4	<b>REFLEXOS NA CONJUNTURA GLOBAL</b> .....	38
4.1	A AFIRMAÇÃO DO IMPÉRIO E O ABALO NAS RELAÇÕES MULTILATERAIS.....	38
4.2	A CRISE DE AUTORIDADE DA ONU.....	42
4.3	A PROPOSTA DE DISTENSÃO DE OBAMA.....	45
4.4	AS PERSPECTIVAS DA ONU COMO ORGANISMO INTERNACIONAL PROMOTOR DO MULTILATERALISMO.....	47
5	<b>IMPLICAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL</b> .....	49
5.1	POLÍTICAS.....	54
5.2	MILITARES.....	57
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

Os ataques contra alvos localizados nos EUA, perpetrados pela Rede *Al Qaeda*, em 11 de setembro de 2001, foram responsáveis por aproximadamente 3000 vítimas e determinaram uma sucessão de novos eventos na história contemporânea.

Os EUA, após o colapso do bloco comunista liderado pela URSS e o próprio esfacelamento desta, no início da década de 90 do século passado, ocuparam uma posição hegemônica no cenário mundial: política, econômica e militarmente, derivada de sua condição de única superpotência mundial.

As ações terroristas de 11 de setembro, que proporcionaram a destruição de um dos símbolos da pujança do capitalismo norteamericano – as torres gêmeas do WTC –, além de ameaçarem a sede do seu Centro de Defesa: o Pentágono, feriram essa condição de principal líder mundial e acarretaram uma reação proporcional dos EUA, que reordenaram as ações de sua política externa face às possíveis ameaças à sua condição hegemônica mundial.

Essa recente postura, iniciada e consolidada durante os oito anos do governo de George W. Bush [2001 a 2007] e sob a perspectiva de uma revisão no início do governo de Barack Obama, vem acarretando sucessivos choques na conjuntura global atualmente constituída, provocando reflexos dos mais variados matizes em organismos internacionais, em regiões e demais países, inclusive no Brasil.

O presente trabalho tem por tema "A política externa norteamericana após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001". A delimitação desse tema, que viabilizará a pesquisa, alicerça-se sobre a análise da política externa adotada pelos EUA, pós 11 de Setembro, e as implicações políticas e militares dessa postura para o Brasil.

A problematização, enfoque central do presente trabalho, consolida-se nas assertivas adiante:

- A política externa norteamericana pós 11 de setembro de 2001, conduzida pelo governo Bush, buscou reafirmar a posição hegemônica mundial dos Estados Unidos da América.

- A Doutrina Bush, unilateral e agressiva, caracterizou a política externa dos Estados Unidos da América no governo do presidente George W. Bush.

- O governo de Barack Obama, em seu início de mandato, divulgou a intenção de condução de uma distensão dessa postura unilateral, buscando a adoção de uma política externa mais voltada a interesses multilaterais.

- A evolução da política externa norteamericana, após os atentados de 11 de setembro, trouxe e continua a trazer implicações políticas e militares que podem se tornar grandes oportunidades para o Brasil nos setores político e militar.

O trabalho conduz, inicialmente, a uma descrição dos ataques terroristas de 11 de setembro, abordando-se a escalada terrorista mundial e os fatos ocorridos em solo norteamericano.

Em seguida, integrando a parte fundamental da análise faz-se um estudo da política externa norteamericana, durante o governo Bush, e no início do governo Obama, consubstanciada no exame dos aspectos centrais dos dois documentos: *The National Security Strategy of the United States of América* (ESTADOS UNIDOS, 2002 e 2010) e, apresentados ao Congresso norteamericano, em setembro de 2002 e maio de 2010, respectivamente pelos presidentes Bush e Obama, considerando seus pressupostos conceituais e suas implicações éticas.

Posteriormente, serão examinados esses aspectos centrais em relação ao que vem sendo posto em prática, em âmbito mundial, em decorrência da política externa norte-americana desde o 11 de Setembro, apresentando-se os fatos ocorridos e seus reflexos na conjuntura global.

Finalmente, buscar-se-á, do conjunto desses fatos e reflexos, levantar as implicações políticas e militares para o Brasil, buscando-se identificar oportunidades surgidas e antecipar potenciais ameaças, constituindo-se, assim, no fecho do tema do presente trabalho.

## 2 OS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Este capítulo destina-se a descrever a forma como aconteceram os atentados terroristas em solo norteamericano, em 11 de setembro de 2001, que desencadearam a reação dos EUA contra os organismos terroristas, bem como contra os estados nacionais por eles classificados como terroristas.

Para uma abordagem mais completa do assunto, primeiramente, far-se-á um estudo sobre o terrorismo no mundo e suas principais organizações.

### 2.1 ANTECEDENTES

A palavra terrorismo entrou na política em 1792, na Revolução Francesa, quando milhares de supostos adversários do novo regime foram guilhotinados (Andress, 2005).

Na sociedade contemporânea ocidental, define-se terrorismo como: uso ou a ameaça de violência, com o objetivo de atemorizar um povo e enfraquecer sua resistência. Entre os atos mais comuns de terrorismo estão o assassinato, o bombardeio e o seqüestro. O terrorismo político é utilizado para conquistar ou conservar o poder (Aurélio, 2010).

Um dos atos terroristas de maior desdobramento na história mundial ocorreu em 1914, quando um ativista sérvio, Gavrilo Príncipe, matou em Sarajevo o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono da Áustria. Foi o estopim da Primeira Guerra Mundial.

É correto falar em terrorismo de Estado. Inúmeros atentados foram indiretamente atribuídos, durante a Guerra Fria, aos EUA e à URSS. Da mesma forma, é sabido que Irã, Síria, Líbia e Iraque terceirizaram operações terroristas financiando grupos clandestinos. Hoje, vemos os EUA como alvo do terrorismo islâmico que se opõe à modernização dos costumes estimulada pela globalização.

Atualmente, existem movimentos fundamentalistas, de viés religioso, que atuam no Oriente médio e, às vezes, se confundem com a resistência palestina. Esses movimentos são: o *Hezbollah*, a *Jihad Islâmica* e o *Hamas*, todos advogam a implantação de regimes islâmicos nos países árabes.

Além dos grupos muçulmanos fundamentalistas, existem outros grupos radicais, movidos não somente por sentimentos religiosos, mas também por sentimentos de fundo nacionalistas, filosóficos e outros. Entre eles vamos encontrar o IRA, na Irlanda, os bascos na Espanha, os curdos no Iraque e as FARC na Colômbia. Neste trabalho serão enfocados, basicamente, os grupos radicais ligados ao islamismo e que estão em atividade, cujas convicções político-religiosas levaram aos atentados do 11 de Setembro.

A intensidade da ira popular contra os EUA levou os islâmicos mais radicais a editarem e distribuírem uma série de *fatwas* – decretos imprescritíveis emitidos por um líder ou erudito religioso, e outros impressos de incitamento. De maneira geral, esses decretos incitam seus seguidores a cortar todos os vínculos com os americanos e à tomada efetiva de ações contra os EUA.

Alguns dos maiores atentados terroristas islâmicos e para-islâmicos, dos últimos trinta anos, aconteceram, cronologicamente, na seguinte ordem, conforme artigo do jornal Folha de S. Paulo (2004, p. A17):

#### **Os maiores atentados da história**

- **18 de abril de 1983** – Um carro-bomba explode em frente à Embaixada Americana em Beirute, Líbano, matando 63 pessoas.
- **23 de setembro de 1983** – Um Boeing 737 da Gulf Air é derrubado por uma bomba embarcada no compartimento de bagagens no Golfo Pérsico perto de Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos. Morrem 112 pessoas.
- **23 de outubro de 1983** – Bases dos EUA e da França em Beirute, Líbano, são atacadas por carros-bomba. Morrem 241 fuzileiros americanos e 58 pára-quedistas franceses.
- **12 de dezembro de 1983** – Terroristas xiitas matam cinco pessoas em atentados contra as embaixadas dos EUA e da França no Kuwait.
- **23 de junho de 1985** – Um Boeing 747 da Air Índia explode sobre a Irlanda, matando 329 pessoas. O atentado foi atribuído a um grupo separatista sikh.
- **21 de dezembro de 1988** – Um avião da Pan Am explode sobre Lockerbie, na Escócia, matando 270 pessoas. O vôo tinha Nova York como destino final. Dois agentes líbios foram acusados pelo atentado. Um deles foi condenado em Haia.
- **19 de setembro de 1989** – Um DC-10-30 da companhia estatal

francesa, UTA, explode sobre Niger, na Nigéria. Morrem 171 pessoas. A França acusou a Líbia, mas o atentado foi reivindicado pelo grupo Jihad Islâmica, do Líbano.

- **25 de junho de 1996** – Um caminhão bomba explode em frente a uma base militar na Arábia Saudita, matando 19 soldados americanos.

- **7 de abril de 1998** – ataques simultâneos com carros-bomba, atribuídos a Osama Bin Laden, matam 224 pessoas em embaixadas americanas: 213 em Náirobi, Quênia, e 11 em Dar es Salaam, na Tanzânia.

- **12 de outubro de 2000** – Um bote carregado de explosivos é atirado contra o destróier norteamericano Cole, no litoral do Iêmen, matando 17 marinheiros e ferindo outros 38. O atentado é atribuído a Osama Bin Laden.

- **11 de setembro de 2001** – Terroristas da Al Qaeda seqüestram quatro aviões de carreira americanos. Dois destroem o WTC, em Nova York, um atinge uma ala do Pentágono, em Washington, e o quarto cai sobre um descampado no Estado da Pensilvânia. A contagem oficial registra 2976 mortes no que é interpretado como o maior ataque terrorista da história.

- **12 de outubro de 2002** – Atentado contra boate mata 202 pessoas, em Bali, (Indonésia), em ação atribuída ao grupo terrorista islâmico Jemaah Islamiyah.

- **12 de março de 2004** – Atentado em Madri, causa a morte de pelo menos 192 pessoas, quando dez bombas explodem em quatro trens, em três estações ferroviárias, a três dias das eleições gerais do país, em ação atribuída a extremistas islâmicos ligados à rede terrorista Al Qaeda.



Figura 1 - Atentado às torres do WTC

Fonte: <http://911digitalarchive.org>. Consultado em 11.09.10



## 2.2 COMO ACONTECEU

O maior atentado terrorista da história teve início às 8h45m do dia 11 de setembro de 2001, em Nova York, quando um Boeing 767 da *American Airlines*, procedente de Boston, foi jogado contra a torre norte do WTC, um dos prédios mais famosos do planeta. Decorridos exatamente dezoito minutos, enquanto as emissoras de TV ainda mostravam – via satélite, para o mundo inteiro – imagens do atentado, outra aeronave, um Boeing 767 da *United Airlines*, também saído de Boston, chocou-se contra a torre sul do WTC.

Às 9h 43m, uma terceira aeronave, um Boeing 757 da *American Airlines*, que partiu de Washington, espatifou-se contra o Pentágono, que concentra a estrutura de defesa das Forças Armadas dos EUA. Em seguida, um Boeing 757 da *United Airlines* que saiu de Newark, também foi seqüestrado, sendo que os passageiros atacaram os seqüestradores, após tomarem conhecimento dos atentados contra o WTC, e derrubaram a aeronave numa área desocupada no estado da Pensilvânia, bem longe do seu destino. Infelizmente, não houve sobreviventes.

Enquanto isso, às 09h 50m, a torre sul do WTC desmoronou. A torre norte ruiu às 10h 30m. O número de mortos, segundo a contagem oficial, foi de 2976, sendo mais do que o dobro das vítimas fatais em *Pearl Harbor*, durante a Segunda Guerra Mundial. Foi uma operação sofisticada, que demonstrou a capacidade de planejamento e organização da Rede *Al Qaeda*, posteriormente responsabilizada pelos atentados.

O sul de Manhattan foi envolvido por uma nuvem de fumaça, destroços por todos os lados, pessoas se atirando pelas janelas, estabelecendo-se um verdadeiro caos. Feridos eram levados ao hospital, alguns queimados da cabeça aos pés. O metrô foi fechado e a multidão encheu as ruas correndo rumo norte.

O terror se disseminava por todo o país, a capital Washington foi evacuada, suas ruas ficaram vazias e eram patrulhadas por um exército de policiais. O pânico tomou conta de todos e também dos mercados financeiros.

A operação suicida foi executada por dezenove extremistas islâmicos, e por quatro pilotos treinados, todos oriundos de países árabes, amigos dos EUA (Woodward, 2003). Os autores desses atentados representavam a nova geração de terroristas especializados, acostumados ao Ocidente, porém conservando o seu fervor e a sua fúria islâmica.

Segundo a CIA, o complô de 11 de Setembro originou-se de uma célula terrorista em Hamburgo, que incluía o chefe dos sequestradores, Mohamed Atta (Woodward, 2003, p.227).

O presidente dos EUA, George W. Bush, atordoado, prometeu vingança. Já o Talibã condenou o ataque e afirmou que Osama Bin Laden, o terrorista mais procurado do mundo, não poderia ser responsabilizado pelo atentado.

A tragédia derivada do 11 de Setembro provocou uma série de acontecimentos não somente nos EUA, mas também em diversas partes do mundo.

### 3 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Nesse capítulo procuro explicitar a política externa adotada pelos EUA, após os atentados de 11 de setembro de 2001.

O estudo conduz, inicialmente, a um exame dos aspectos centrais do documento *The National Security Strategy of the United States of America* (ESTADOS UNIDOS, 2002), apresentado ao Congresso norteamericano, em setembro de 2002, pelo Presidente George W. Bush, considerando seus pressupostos conceituais e suas implicações éticas. Esse documento, datado de praticamente um ano após o 11 de Setembro, materializou a chamada Doutrina Bush<sup>1</sup> e definiu as linhas gerais da política de segurança do governo norte-americano, durante seu mandato, enfatizando a estratégia militar de ações preventivas e antecipadas contra estados hostis e grupos terroristas.

Posteriormente, serão examinados esses aspectos centrais em relação ao que foi posto em prática, em âmbito mundial, em decorrência da política externa norte-americana desde o 11 de Setembro, apresentando-se os fatos ocorridos como a invasão do Afeganistão, a escalada do conflito no Iraque, as crises com a ONU e as potências europeias, a Guerra do Iraque, e, por fim, as medidas de segurança e as restrições à liberdade adotadas pelos EUA.

Finalmente, será examinada a política externa adotada pelo governo Obama em seu início de mandato e analisada sua manifesta intenção de condução de uma distensão da postura unilateral, anteriormente adotada, bem como as ações efetivas colocadas em prática, buscando a adoção de uma política externa mais voltada a interesses multilaterais.

#### 3.1 A DOCTRINA BUSH

O documento, acima citado, apresentou uma abordagem muito mais agressiva em relação à segurança nacional do que qualquer outro, desde a era Ronald Reagan, nos anos 80 do século passado.

Nele, o presidente norteamericano acentua que os EUA vão usar seu poderio militar e econômico para encorajar sociedades livres e abertas, em lugar de buscar

---

<sup>1</sup> A Doutrina Bush também pode ser considerada uma versão ampliada e desenfreada da Doutrina chancelada pelo presidente Theodore Roosevelt (Big Stick), que governou os EUA de 1901 a 1909.

vantagens unilaterais. Além disso, incluiu o fim da maioria dos tratados de não-proliferação nuclear em favor da contraproliferação, referindo-se a tudo, desde defesa antimísseis até o desmantelamento forçado de armas ou seus componentes.

As estratégias de contenção, elementos básicos da política americana desde a década de 40 do século passado, deixaram de existir, pois, de acordo com a nova postura, expôs o documento que, “não há outra forma, neste mundo transformado, de conter aqueles que odeiam os EUA e tudo o que eles representam”.

O texto ainda deixou claro que o presidente não pretende permitir que qualquer outra potência estrangeira diminua a enorme dianteira militar assumida pelos EUA, desde a queda da URSS, afirmando que “as forças norte-americanas terão poder suficiente para dissuadir potenciais adversários de empreender uma escalada militar na esperança de igualar, ou mesmo superar, o poder dos EUA”.

Sobre possíveis ações unilaterais e preventivas contra o terrorismo, o documento afirmou que “os EUA não hesitarão em agir sozinhos, se preciso for, para fazer uso do direito de autodefesa, agindo de maneira preventiva e antecipada”.

No campo do auxílio internacional, foi também descrito o compromisso da administração de incrementar a ajuda externa americana para os países cujos governos ajam de maneira justa, invistam em sua população e incentivem a liberdade econômica.

O jornal Folha de S. Paulo (SANGER, 2002, p. A14) expôs alguns dos seus principais trechos sobre os seguintes assuntos abaixo listados:

**Combate ao terror - fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e nossos aliados:**

[...] Nós vamos debilitar e destruir organizações terroristas por meio de:

- ação contínua e direta utilizando todos os elementos de poder nacional e internacional. Nosso foco imediato serão aquelas organizações terroristas com alcance global e qualquer terrorista ou Estado patrocinador de terrorismo que tente obter ou usar armas de destruição em massa;

- [...] ao mesmo tempo em que os EUA sempre se esforçarão para conquistar o apoio da comunidade internacional, não vamos hesitar em agir sozinhos, se necessário, para exercer o nosso direito de autodefesa agindo de forma preventiva.

[...] Também lançaremos uma guerra de idéias para vencer a batalha contra o terrorismo internacional. Isso inclui:

- usar toda a influência dos EUA [...] para deixar claro que os atos de terrorismo são ilegítimos para que o terrorismo seja visto sob a mesma luz que a escravidão, a pirataria e o genocídio;
- apoiar governos moderados, especialmente no mundo muçulmano, para assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem terreno fértil em nenhuma nação.

**Unipolaridade - transformar as instituições de segurança nacional dos EUA para responderem aos desafios e oportunidades do século 21:**

[...] Nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de buscar desenvolvimento militar na esperança de ultrapassar, ou igualar, o poder dos EUA.

**Ação Preventiva - evitar que os nossos inimigos ameacem a nós, aos nossos amigos ou aos nossos aliados com armas de destruição em massa:**

[...] Nossa ampla estratégia de combate às armas de destruição em massa inclui:

- ativos esforços de contraproliferação. Devemos dissuadir e nos defender de qualquer ameaça antes que seja lançada [...] Em vista dos objetivos de Estados delinquentes e terroristas, os EUA não podem depender somente de uma postura reativa como fazíamos no passado;
- por séculos, o Direito Internacional reconheceu que as nações não precisam sofrer um ataque antes de lançar legalmente ações para se defender contra forças que apresentem um iminente perigo de ataque;
- [...] quanto maior a ameaça, maior o risco da inação – e mais forte o argumento para tomar medidas antecipatórias para nos defender, mesmo se ainda há incertezas sobre o momento e o local do ataque inimigo. Para evitar esse tipo de atos hostis de nossos adversários, os EUA vão, se necessário, agir preventivamente.

**Ajuda aos Pobres – expandir o círculo do desenvolvimento ao abrir sociedades e construir a infra-estrutura da democracia:**

[...] Incluir todos os pobres do mundo num círculo em expansão do desenvolvimento e da oportunidade é um imperativo moral e uma das maiores prioridades da política internacional dos EUA.

[...] O governo dos EUA vai fornecer recursos para ajudar países que enfrentaram o desafio de reforma nacional. Propomos um aumento de 50% no total de assistência ao desenvolvimento fornecida pelos EUA.

Assim, esse documento, datado de praticamente um ano após o 11 de Setembro, definiu as linhas gerais da política de segurança do governo Bush, afirmando o propósito de luta contra o terrorismo e a tirania, bem como a defesa da nação contra os seus inimigos, mantendo que “o único caminho para a paz e a segurança é a ação”. Reconhece ainda que ao poderio econômico e militar dos Estados Unidos é inerente uma grande responsabilidade no cenário político internacional.

Ao mesmo tempo, a doutrina Bush sepultou um dos pilares geopolíticos do século 20, como o conceito da destruição mútua assegurada, que, durante os anos da Guerra Fria, ajudou a evitar a hecatombe nuclear. Os formuladores da política externa norte-americana disseram claramente: “vamos dissuadir potenciais adversários de buscar desenvolvimento militar na esperança de ultrapassar ou igualar o poder dos EUA”. Ou seja, se depender de seus idealizadores, o mundo unipolar pós-Guerra Fria continuará unipolar, com uma só superpotência.

## 3.2 OS EUA EM GUERRA

### 3.2.1 A Queda do Regime Talibã – A Invasão do Afeganistão

Os atentados de 11 de setembro de 2001 geraram, nos EUA, uma desenfreada busca pelos seus mentores e autores e, após uma série de acusações sem provas e sem fundamentos, os mesmos foram atribuídos à organização terrorista muçulmana *Al Qaeda*, liderada pelo milionário saudita Osama Bin Laden. As provas desse ataque foram entregues ao governo norteamericano pelo seu tradicional aliado ocidental – a Inglaterra, governada, na época, pelo primeiro ministro Tony Blair.

O documento com as provas afirmou que Bin Laden reconheceu ter cometido atentados anteriores, tais como: contra soldados norteamericanos na Somália, em 1993; ataques contra as embaixadas no Quênia e na Tanzânia, em 1998; e ao navio *US Colete*, em 2000. Disse ainda que o saudita é o chefe da *Al Qaeda* e que pelo menos três dos responsáveis pelos ataques de 11 de Setembro pertenciam àquela organização.

O assunto só ficou satisfatoriamente esclarecido, junto à população mundial, com a divulgação de uma fita de Bin Laden, em 14 de dezembro de 2001, na qual ele reconheceu a autoria do atentado.

Contudo, os EUA não poderiam esperar por tanto tempo para apresentar uma reação aos ataques sofridos. Assim, em 07 de outubro de 2001, pressionados e apoiados pela imensa maioria do povo norteamericano, os EUA iniciaram os bombardeios aéreos contra o Afeganistão, tendo como metas: a captura de Bin Laden e dos principais líderes de sua organização, bem como o desmantelamento da *Al Qaeda*, e a derrubada do governo ditatorial talibã, que abrigava o terrorista saudita e a maior parte da organização terrorista.

Os principais aliados estadunidenses, nesse conflito, foram: a Inglaterra, com o primeiro-ministro Tony Blair exortando, nos foros internacionais, a necessidade do expurgo do mal representado pelo terrorismo internacional; a Rússia, com a liberação de seu espaço aéreo para os ataques norteamericanos; o Paquistão, com a liberação de seu território para a instalação das bases terrestres necessárias aos ataques; e a Aliança do Norte Afegã, fornecendo o grosso das tropas, que estiveram sob o comando das forças especiais dos EUA.

Assim, foi utilizado um modelo de conflito armado, baseado no uso de alianças locais e regionais guiadas por forças especiais norteamericanas para diminuir o número de fatalidades e protegidas pelo suporte aéreo dos EUA. Este modelo tem vários pontos fracos, identificados nas operações no Afeganistão, tais como: falta de controle completo da operação; execução vagarosa; contradições na execução de ordens e de comunicações; recusa das forças locais em aceitar ordens; tendência em alterar as mesmas; e retirada antecipada das negociações com o inimigo e missão não cumprida.

Esses problemas ocorreram no Afeganistão, razões pelas quais nem Osama Bin Laden, nem o *Mullah* Muhammad Omar, líder do Talibã, nem a maioria da alta hierarquia da *Al Qaeda* foram capturados. A maioria das forças de Bin Laden

também desapareceu misteriosamente, possivelmente se estabelecendo no Paquistão. Existe a possibilidade de que os chefes dos clãs, envolvidos nas operações, negociaram o escape tendo em vista relações de família e interesses políticos.

As operações em geral foram executadas com o uso de grande número de forças afegãs, pequenos grupos de forças especiais norteamericanas e com apoio maciço do suporte aéreo. Sem o uso de norteamericanos na linha de frente para inspecionar as grutas e cavernas, localizadas no interior do país, devido aos altos riscos da missão, o resultado foi que um grande número de guerrilheiros da *Al Qaeda* escapou. Quando um general afegão aliado se retirou por encontrar oposição cerrada da *Al Qaeda*, forças norteamericanas foram obrigadas a liderar a batalha e pedir reforços, pois os aliados se recusaram a colaborar na procura de Bin Laden. Esta dependência das forças locais para preservar as vidas dos soldados norteamericanos muitas vezes impediram que as operações fossem concluídas e os objetivos alcançados.

O conflito de interesses também foi decisivo para o insucesso dos norteamericanos. Enquanto os chefes regionais pretendiam expandir seus territórios e preservar o contrato social existente entre os clãs [o inimigo de hoje é o aliado de amanhã], o alvo dos norteamericanos era a destruição da *Al Qaeda* e a captura de Bin Laden. Assim, quando nas operações em *Tora Bora*, as forças do Talibã e seus chefes tinham cruzado a fronteira com o Paquistão e os americanos insistiam na sua perseguição, os afegãos afirmavam que já tinham cumprido os objetivos da missão. Diziam ainda que as tropas estavam famintas e mal preparadas para enfrentar o inverno e anunciaram que “este é o último dia da *Al Qaeda* no Afeganistão... que não há mais necessidade de bombardeamento americano... e que os afegãos têm a situação sob controle” (GORDON, 2001, p. A1B3).

Outro problema foi a expansão das hostilidades com os países vizinhos. A fuga do Talibã e da *Al Qaeda* para o Paquistão colocou aquele país numa situação difícil, devido à questão com a Índia sobre a região da *Cashemira*, mas mesmo assim os EUA pressionaram o General Musharraft, presidente à época do Paquistão, para permitir que forças norteamericanas cruzassem a fronteira em busca dos militantes foragidos. Em 2004, grande número de suspeitos se refugiou nas áreas tribais do Paquistão.

A situação no Afeganistão ilustrou perfeitamente o problema da condução de



guerras com forças aliadas de conveniência que não têm os mesmos objetivos. O resultado é que se torna impossível declarar vitória sem ter os objetivos alcançados. No caso específico, a *Al Qaeda* se descentralizou e se dispersou nos países vizinhos.

Atualmente, um contingente da coalizão antiterrorista, composta de dois grupos, toma parte em operações no território afegão. O primeiro é o grupo norte-americano sob comando do Pentágono.

O segundo é a missão OTAN – Força Internacional de Assistência para a Segurança no Afeganistão (ISAF), composta de representantes de 39 países.

A força da coalizão militar no Afeganistão é de cerca de 100 mil estrangeiros em serviço, sendo 63 mil dos Estados Unidos que até o final de 2010, terá 68 mil soldados no país.

### **3.2.2 A Crise com a ONU e as Potências Europeias**

No final de janeiro de 2002, alguns meses após os atentados terroristas do 11 de Setembro e a posterior derrubada do regime Talibã no Afeganistão, George W. Bush, em seu tradicional Discurso sobre o Estado da União, declarou que o Iraque, de Saddam Hussein; o Irã, cujo governo xiita é contrário a Washington; e a Coreia do Norte, antiga inimiga dos EUA, formavam o chamado *eixo do mal*, representando, portanto, um perigo para as sociedades democráticas. Naquele momento, o próximo alvo norte-americano estava se delineando: o Iraque.

Em setembro, daquele ano, concomitantemente ao lançamento da chamada Doutrina Bush, os EUA iniciaram uma intensificação da pressão sobre a ONU em busca de uma resolução que aprovasse a invasão do Iraque, caso o país não provasse ter realmente se desarmado, cumprindo dessa forma resolução anterior da ONU, em vigor desde a Guerra do Golfo de 1991.

Iniciava-se, assim, uma grande contenda internacional entre os EUA, apoiado principalmente pela Inglaterra e a Espanha, de um lado, e a ONU e as potências européias, notadamente França e Alemanha, de outro. Essa crise teve seu momento crucial quando os EUA iniciaram a guerra contra o Iraque à revelia das decisões do Conselho de Segurança da ONU.

A seqüência de eventos transcorreu-se da seguinte forma, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo (MORAES, 2003, p. A22):

**2002:**

**16.set:** O Iraque aceita a volta dos inspetores de armas da ONU; eles tinham partido em 1998;

**30.set:** O Parlamento britânico aprova a invasão do Iraque sem apoio da ONU “após o esgotamento de todos os canais diplomáticos”;

**11.out:** O Congresso dos EUA autoriza o governo **Bush** a usar “todos os meios necessários” para desarmar o Iraque, mesmo sem o aval da ONU;

**08.nov:** O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade a resolução 1441, que prevê o retorno dos inspetores de armas ao Iraque; Bagdá pode enfrentar “sérias conseqüências” se não cooperar, segundo o texto;

**13.nov:** O Iraque aceita a resolução 1441;

**18.nov:** Os primeiros inspetores chegam a Bagdá;

**7.dez:** Bagdá entrega dossiê sobre seu arsenal e diz não possuir armas proibidas;

**19.dez:** Os EUA afirmam que Bagdá violou a resolução 1441 por omitir informações;

**2003:**

**Jan:** Os EUA passam a buscar uma nova resolução contra o Iraque; a França e a Alemanha começam a articular a oposição ao ataque;

**25.jan:** Os EUA dizem que ao menos 12 países apóiam o ataque ao Iraque mesmo sem uma nova resolução da ONU;

**27.jan:** O chefe dos inspetores da ONU, **Hans Blix**, critica Bagdá por não cooperar; UE, Rússia e China pedem mais tempo para inspeções;

**05.fev:** O Secretário de Estado Dos EUA, Colin Powell, apresenta, na ONU, supostas provas de que o Iraque mantém arsenal proibido; opositores à guerra mantêm sua posição;

**06.fev:** Os EUA anunciam que proporão nova resolução à ONU, mas não obtém apoio da França, da Rússia e da China, que têm direito de veto no Conselho de Segurança;

**08.fev:** O Secretário-Geral da ONU, **Kofi Annan**, diz que “só o Conselho de Segurança pode ordenar o ataque”;

**10.fev:** Bagdá anuncia novas concessões à ONU;

**14.fev:** Em relatório à ONU, o chefe dos inspetores diz não haver

sinais de armas de destruição em massa no Iraque, mas aponta problemas que alimentam os argumentos pró-guerra;

**22.fev:** Bush diz que a ONU tem “a última chance de provar sua relevância”, aprovando uma nova resolução sobre o Iraque;

**07.mar:** Os EUA, o Reino Unido e a Espanha apresentam ao CS uma proposta de resolução que visa dar um ultimato ao Iraque; a França, a Rússia e a China se opõem;

**10.mar:** Sem maioria no CS, os EUA adiam a votação;

**17.mar:** Os EUA desistem de obter o apoio da ONU ao ataque ao Iraque e dão 48 horas para o ainda ditador Saddam Hussein, seus familiares e seus comandantes militares deixarem o país se quiserem evitar uma guerra;

**19.mar:** O prazo do ultimato acaba; Annan diz que “o dia é triste para a ONU”;

**20.mar:** A coalizão anglo-americana **ataca o Iraque.**

A Doutrina Bush legitimou as ações unilaterais dos EUA, pois, para seus dirigentes e para a maioria de sua população, os norte-americanos estavam [e se encontravam até o último dia de mandato de seu presidente] em guerra, e, desse modo, a ameaça representada por Saddam Hussein deveria ser extirpada por meio de uma ação militar preventiva, de acordo com os preceitos daquela doutrina.

A ONU, representando o multilateralismo e indo de encontro às aspirações norte-americanas, foi considerada obsoleta e arcaica, inclusive comparando-se sua atuação passiva à de sua antecessora, a Liga das Nações, dos tempos anteriores a II GM, quando o nazi-fascismo prosperou na Europa devido à sua inação. França e Alemanha, principais nações da Europa Ocidental, opositoras ferrenhas ao unilateralismo dos EUA, foram eleitas representantes da velha Europa.

### 3.2.3 A Guerra no Iraque

No dia 19 de março de 2003, véspera dos ataques da coalizão anglo-americana ao Iraque, o jornal Folha de S. Paulo (SANGER, 2003, p. A16) publicou artigo do jornalista David Sanger, do *The New York Times*, que buscava analisar a postura do governo norte-americano pós-ataques de 11 de setembro e coerente com os postulados da Doutrina Bush, lançada no ano anterior. A seguir, a íntegra do texto.

### **A doutrina de guerra de Bush**

Ao anunciar anteontem à noite que optara pela guerra, o presidente dos EUA, George W. Bush, pôs fim ao debate sobre quem tem o direito de impor a aplicação de resoluções das Nações Unidas ou de derrubar regimes brutais.

O argumento se resume a um preceito: numa era de inimigos invisíveis que não fazem declarações formais de guerra, esperar para agir depois que os inimigos dos EUA “façam o primeiro ataque não é autodefesa, é suicídio”.

Bush introduziu assim a primeira nova estratégia de segurança nacional dos EUA em 50 anos – a doutrina de ação militar preventiva contra inimigos – na forma de uma justificativa para a mais recente guerra americana.

Trata-se de uma visão do papel dos EUA que Bush jamais discutiu enquanto disputava a Presidência, época em que preferia falar sobre a necessidade de uma abordagem “humilde” com relação ao mundo. Mas ele começou a adotar essa posição poucos meses depois de ocupar o cargo, e ela se tornou uma ardente paixão depois do 11 de setembro de 2001.

Discursando na Casa Branca anteontem, Bush parecia estar completando essa evolução, descrevendo os EUA como virtuais portadores do dever de policiar o mundo, caso a ONU não o cumpra, e dando a Saddam Hussein 48 horas para sair do Iraque.

O discurso marca o ponto culminante da ruptura que já vinha se desenvolvendo há meses com a ONU e com dois dos mais próximos aliados americanos no pós-guerra, a França e a Alemanha. As palavras de Bush quase que certamente confirmaram alguns dos piores temores do mundo sobre os EUA que ele preside: quando a ONU não se dobra à sua vontade, quando os aliados não querem acompanhá-lo, Bush simplesmente age só e puxa o gatilho.

“ Para eles, isso demonstrará que todo esse esforço envolvendo a ONU era um exercício de futilidade e que é isso o que o presidente planejava fazer o tempo todo”, disse Stanley Hoffmann, professor da Universidade Harvard que passou a vida estudando a guerra e a aliança transatlântica. “Não existe espaço na carta das Nações Unidas para a doutrina de ação preventiva, de autodefesa antecipada, proposta por Bush”.

Mas Bush não estava falando à Europa anteontem. Estava falando primeiro à população dos EUA, explicando uma guerra que parece inevitável dentro de alguns dias e retratando-a como questão de sobrevivência nacional.

[...] As palavras de Bush remontam, de muitas maneiras, à era da Segunda Guerra Mundial, um período de desafios muito mais claros e de ameaças mais óbvias. Ele retratou a ameaça iraquiana como tão grande e iminente que representa um desafio à sobrevivência dos EUA, argumentos que seus críticos já vinham alegando ser um exagero para justificar uma guerra preventiva.

Bush descreveu Saddam como um Hitler moderno, que os EUA e seus aliados devem enfrentar. Comparou abertamente a ONU e os países que rechaçam a guerra às nações que fecharam os olhos ao rearmamento da Alemanha nazista. Mas é improvável que o resto do mundo veja o confronto assim, e esse pode ser apenas o primeiro dos muitos desafios a superar à medida que Bush transforma a doutrina da prevenção em uma guerra preventiva.

Na Europa, a mensagem com certeza se enquadrará bem à imagem favorita de Bush como um caubói sempre com o dedo no gatilho. No passado, a Casa Branca sempre descreveu essa visão como uma caricatura grotesca, que tinha por objeto exagerar as posições de Bush de maneira a desacreditá-las. Mas agora aliados e assessores de Bush decidiram que essa imagem pode ter suas vantagens. “Como homem do oeste, não acho que isso seja necessariamente uma má idéia”, disse o vice-presidente Dick Cheney. “É o que a circunstância requer”.

O que surpreende o mundo é a audácia com que Bush levou adiante a sua visão a ponto de hoje estar preparando planos detalhados para fazer do Iraque um protetorado pelo tempo que for necessário para “pacificar” o país.

Muitos, incluindo líderes republicanos e membros do governo, temem que o processo se torne uma armadilha para a nova doutrina de Bush. Na visão otimista do governo, Saddam será derrubado em dias, esperam, quando suas forças se curvarem à advertência de Bush de que deveriam se render e que seria tolice “lutar por um regime moribundo”. O que virá a seguir, esperam, é o júbilo iraquiano e uma transição sob a administração dos EUA aceita pelo país. Mas,

em momentos de franqueza, até mesmo alguns dos mais importantes assessores de Bush dizem não ter idéia do que irão encontrar ao remover a tampa da ditadura de Saddam.

“Se não for como o Japão do pós-guerra, se for mais como a Iugoslávia do pós-guerra, teremos um imenso e dispendioso problema”, reconheceu um desses assessores. “E não posso honestamente dizer que estamos preparados para isso, porque não há maneira de nos prepararmos”.

“Nós vamos querer que alguém pague por isso”, disse Joseph Nye, diretor da Escola Kennedy de Administração Pública na Universidade Harvard. “E é essa a hora em que se descobre o custo de confiar demais na eficiência e não o bastante no estabelecimento da legitimidade de suas ações militares”.

A outra questão é definir se Bush conduzirá sua doutrina ao que seria seu próximo patamar lógico: o de deter outros países que representam ameaça ainda maior de proliferação.

Coréia do Norte? A escolha parece óbvia, mas o país pode contra-atacar de maneiras com que Saddam apenas sonha, atingindo soldados e aliados dos EUA. Irã? Talvez, mas há um movimento pela democracia no país que sofreria imensamente em caso de interferência americana.

Mas ambos os países representam ameaças potenciais aos EUA pelo menos tão iminentes quanto as do Iraque. E não são apenas pontos no “eixo do mal” do presidente, mas também alvos dos membros mais belicosos do governo Bush, que acabam de vencer o debate quanto ao Iraque.

A coalizão anglo-americana, contando com aproximadamente 180 mil homens e uma imensa superioridade militar e tecnológica em equipamentos e armamentos, enfrentou um oponente enfraquecido moral e militarmente por duas guerras sucessivas [contra o Irã, entre 1980 e 1988, e contra uma coligação mundial, em 1991], e por 12 anos de severo embargo econômico<sup>2</sup>, que, excetuando-se algumas resistências pontuais em localidades no Sul do país, não ofereceu grande resistência.

Assim, de acordo com o artigo acima transcrito, as previsões otimistas, quanto à duração do conflito, foram confirmadas, pois, em cerca de 40 dias, a coalizão

---

<sup>2</sup> 1,2 milhão de crianças iraquianas morreram por falta de alimentos e medicamentos.

derrubou o regime ditatorial de Saddam Hussein no Iraque, conquistando sua capital, Bagdá, e reduzindo as resistências localizadas no interior do país. Contudo, o maior desafio estava apenas começando, isto é, a pacificação e a chamada transição para o regime democrático do país, conforme anunciaram as previsões mais pessimistas.

O Iraque, durante as primeiras décadas do século 20, fez parte do Império Britânico, conseguindo sua independência efetiva em 1932. Boa parte de suas fronteiras foi demarcada na década de 30, utilizando-se de critérios artificiais impostos que não levaram em consideração a distribuição étnico-religiosa existente. Nesta distribuição, estima-se que 60% da população iraquiana são árabes xiitas, 20% pertencem aos árabes sunitas, 15% aos curdos, e 5% são cristãos. Saddam Hussein assumiu o poder em 1979 e seu regime, que representava a minoria árabe sunita do país, perseguia os demais grupos étnicos-religiosos, como os xiitas, os curdos, e outras minorias.

Após a queda do regime ditatorial, os interesses recém-libertos e conflitantes desse verdadeiro mosaico de povos, aliados aos dos grupos radicais islâmicos, ligados ou não ao ex-ditador, que desejam a imediata retirada das tropas norte-americanas do Iraque, instalaram no pós-guerra iraquiano um verdadeiro caos, provocando em alguns meses, através de atentados quase que diários, o dobro de baixas militares em relação ao conflito bélico.

Em 22 de maio de 2003, a ONU adotou a resolução 1483, que acabou com as sanções contra o Iraque, legitimando a presença da Autoridade Provisória da Coalizão, comandada pelos EUA no governo do país, e que deu à entidade um papel limitado na reconstrução do Iraque.

Esse papel limitado foi praticamente suspenso quando, em 19 de agosto daquele ano, um atentado atingiu a sede da ONU em Bagdá, levando à morte o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representante especial do Secretário-Geral da ONU no Iraque e mais 14 funcionários da entidade, que alegando falta de segurança retirou seus quadros do Iraque.

As forças de ocupação no Iraque totalizavam, em 2004, cerca de 148 mil soldados, sendo os principais efetivos dos seguintes países: 120 mil dos EUA, 11 mil do Reino Unido, 3 mil da Itália e Portugal, 2400 da Polônia, 2000 da Ucrânia, 1100 da Holanda, 1000 da Austrália, 1000 do Japão e 675 da Coreia do Sul.

Um dos maiores reflexos da Guerra do Iraque aconteceu no território de um

dos mais importantes aliados europeus norteamericanos na guerra. Em 11 de março de 2004, a Espanha viveu seu 11 de Setembro, pois dez bombas, estrategicamente colocadas em quatro trens de três estações da capital Madri, explodiram, causando a morte de aproximadamente 190 pessoas e ferindo mais de 1400. O atentado, sem precedentes em território europeu, foi assumido pelo grupo terrorista Brigadas de *Abu Hafs al Masri*, ligado à Rede *Al Qaeda*, que, anteriormente, já havia se responsabilizado por atentados contra duas sinagogas na Turquia, em novembro de 2003, e pelo ataque contra a sede da ONU em Bagdá, em agosto desse mesmo ano.

O governo espanhol, inicialmente, sem ter qualquer indício ou prova concreta, acusou o grupo separatista basco, ETA, pela autoria dos atentados. A Espanha encontrava-se a três dias das eleições gerais para um novo governo e, ao que tudo indica, o governo do primeiro-ministro José Maria Aznar tentou desvincular o ato terrorista de uma possível represália pela participação espanhola como aliada dos EUA na Guerra do Iraque. Contudo, investigações posteriores praticamente eliminaram essa possibilidade.

Assim, a população sentindo-se manipulada votou, em sua maioria, no partido opositorista PSOE, do socialista José Luis Zapatero, que se tornou o novo Premiê espanhol. Em suas primeiras declarações, Zapatero anunciou a saída das tropas espanholas do Iraque até 30 de junho de 2004, a menos que a ONU tivesse, até lá, assumido o controle do país. Esse anúncio veio a se confirmar, posteriormente, com a retirada dos 1300 soldados espanhóis, em maio de 2004.

### 3.3 AS MEDIDAS DE SEGURANÇA E AS RESTRIÇÕES À LIBERDADE

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA adotaram em seu território rigorosas medidas de segurança interna com o propósito de proteger seus cidadãos contra possíveis novos ataques.

Desse modo, o Congresso norteamericano, no dia seguinte aos atentados, aprovou por maioria absoluta um conjunto de medidas, conhecidas como *Patriot Act*, considerado um marco na violação dos direitos civis, permitindo que milhares de telefones fossem grampeados, bem como a abertura às autoridades de registros, banco de dados e informações financeiras de milhões de cidadãos.

Em seguida, no início de 2003, foi criado o Departamento de Segurança



Interna com a missão de centralizar as medidas de repressão ao terror, subordinando e unificando as ações de 22 diferentes agências governamentais, dentre elas o Serviço Secreto e o Serviço de Imigração dos EUA. O Departamento, dispendo de 60 mil pessoas e um orçamento anual de cerca de US\$ 36 bilhões, foi anunciado como a transformação mais significativa do governo desde que o Presidente Harry Truman convergiu as ramificações das Forças Armadas no Departamento de Defesa, em 1947.

O Departamento impôs como uma de suas primeiras medidas a adoção de códigos de segurança interna designados por cores, que quantificam os riscos de ataques terroristas a que a população pode estar sujeita. Assim, em março de 2003, durante a vigência do código laranja – considerado grau alto – as pessoas foram orientadas a permanecerem em suas casas, vedarem totalmente os cômodos das residências com fitas plásticas para a eventualidade de um ataque biológico e fazerem grandes estoques de água e comida.

No setor da aviação civil, houve contratação e treinamento de 44 mil agentes que substituíram todo o pessoal responsável pela segurança em 429 aeroportos do país. Além disso, outros 20 mil funcionários foram treinados para operar novas máquinas de raios X, centenas de policiais à paisana passaram a viajar armados em vôos comerciais, e portas de cabines de aeronaves foram blindadas.

Todas essas ações no campo interno afetaram, sobremaneira, uma das principais e mais respeitadas instituições do povo norteamericano, ao longo de seus mais de 230 anos como nação independente: as liberdades individuais.

No campo externo, os EUA mantêm prisioneiros isolados em *Guantánamo* – uma base encravada na ponta sudoeste da ilha de Cuba – em 2004, eram cerca de 660 suspeitos, de 44 países, acusados de ligação com a *Al Qaeda* e com o Talibã. Atualmente, estima-se em 183 suspeitos. A maior parte foi detida no Afeganistão, contudo há presos de várias nacionalidades, de afegãos a árabes, incluindo europeus e norteamericanos. A maioria é muçulmana.

Eles foram levados para Cuba há milhares de quilômetros de seus países, sem direito a visitas de suas famílias ou mesmo de um advogado. Os EUA os consideram como combatentes inimigos, e não como prisioneiros de guerra – o que lhes garantiria direitos previstos na Convenção de Genebra.

O governo dos EUA sustenta, ainda, que os presos, por se encontrarem em Cuba, não se encontram sob o amparo de lei federal norteamericana, que permite a

prisioneiros recorrerem de suas detenções às instâncias superiores.

Dessa forma, o governo norteamericano vem sendo criticado por dezenas de organizações de defesa de direitos humanos por deter centenas de suspeitos sem processá-los, segundo os padrões internacionais.

Mesmo que, num futuro próximo, a situação jurídica dessas pessoas seja regularizada, o fato é que os EUA, à revelia da comunidade internacional e de seus mais básicos direitos, mantiveram sob cárcere, por tempo indeterminado, centenas de pessoas privadas de um julgamento justo.

Ainda no campo externo, em 2004, após a campanha militar de ocupação do Iraque, uma série de fotografias de torturas e humilhações impostas a prisioneiros iraquianos, na prisão de Abu Ghraib, por soldados dos Estados Unidos, vieram a público pela primeira vez na revista *The New Yorker* (HERSH, 2004) e no programa *60 Minutes* da rede CBS. Segundo a revista, os presos sofriam diversos tipos de abuso - de estupro a eletrocução e ataques de cachorro.

Mais tarde, segundo o jornal Folha de S. Paulo (2008), um relatório divulgado, em 2008, pelos líderes da Comissão de Serviços Armados do Senado americano culpou os profissionais da cúpula do governo de George W. Bush, como o ex-secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, pelos abusos cometidos por tropas americanas nos interrogatórios em Abu Ghraib, no Iraque.

O livro *Procedimento Operacional Padrão* (Companhia das Letras, 2008) retrata as torturas e o horror da intervenção norteamericana no Iraque e mostra como as decisões do governo Bush influenciaram o que aconteceu em Abu Ghraib.

### 3.4 O INÍCIO DO GOVERNO OBAMA

Barack Obama assumiu a presidência dos EUA em 20 de janeiro de 2009. Durante sua campanha presidencial enfatizou, dentre outras prioridades, a necessidade de maior diálogo e de cooperação entre os Estados Unidos e o mundo, sinalizando para uma distensão da política externa conduzida por Bush.

Expor-se-á, a seguir, alguns aspectos relevantes referentes à política externa norteamericana conduzida, até o presente, pelo presidente Obama:

### 3.4.1 **Prisão de Guantánamo**

O novo presidente norteamericano havia prometido durante sua campanha à Presidência que iria fechar o centro de detenção.

Em janeiro de 2009, Obama assinou um decreto que determinava o fechamento dentro de um ano da prisão da base militar americana na Baía de Guantánamo, em Cuba. Após, em maio de 2009, reinstalou as comissões militares encarregadas dos julgamentos e, em novembro de 2009, Obama desistiu do cumprimento do prazo de fechamento da prisão.

Passados 16 meses de governo, a situação na prisão pouco se alterou.

Desde sua inauguração em 2002, pelo presidente Bush, até os dias atuais, cerca de 700 presos já passaram pelo local. 580 foram enviados a outros países e dezenas aguardam transferências já aprovadas.

Atualmente, permanecem detidos, aguardando julgamento, 183 prisioneiros.

### 3.4.2 **Guerra no Afeganistão**

Passados oito anos do início da guerra, a situação no Afeganistão pouco se alterou e é tão crítica que os membros da OTAN divergem seriamente quanto à permanência de seus contingentes no país, pois os aliados dos EUA já não escondem que têm planos de retirada de suas tropas.

### 3.4.3 **Atuação no Tribunal Penal Internacional**

Acabou, em 11 de junho de 2010, o primeiro encontro para revisar o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI). A reunião de praticamente todos os Estados que formam a Organização das Nações Unidas (ONU) aconteceu sete anos depois da criação do TPI e, dela, tira-se a conclusão de que há muitos passos para caminhar até uma efetiva Justiça globalizada, ainda que só para determinados casos criminais.

Durante o encontro, o tema mais controverso foi a discussão sobre o crime de agressão. A problemática do crime de agressão ronda o TPI desde a sua criação. Foi incluído no estatuto, mas nunca aplicado. Pela previsão, o indivíduo que determinar o ataque armado de um país contra outro, sem justificativa de legítima

defesa ou sem prévia autorização do Conselho de Segurança da ONU, pode ser responsabilizado criminalmente no TPI.

Diversas propostas foram discutidas. A que ganhou mais força e se tornou a resolução acordada é a que prevê o aval do Conselho de Segurança da ONU para que o TPI inicie as investigações de um suspeito de crime de agressão. Se a organização se calar, o aval é considerado automaticamente dado. No entanto, o conselho pode vetar qualquer investigação por crime de agressão que não achar adequada. Os Estados-parte do TPI que não quiserem submeter casos de agressão à corte internacional precisam apenas declarar essa vontade e ficam imunes à jurisdição do tribunal. Estados não signatários ou que não ratificaram o tratado, como Estados Unidos, China e Rússia, estão imunes em casos de crime de agressão. A resolução, no entanto, não sai do papel por pelo menos sete anos. O acordo entre os países prevê que ela só entre em vigor depois de ser formalmente aprovada numa próxima conferência de revisão, em 2017. Só aí ela se tornará uma emenda ao Estatuto.

As críticas já são inúmeras e vão desde a perda de autonomia do tribunal, já que o TPI é um órgão independente da ONU, até a sua politização excessiva e uma eventual cisão entre os países signatários.

Parece clara a vitória nos bastidores dos EUA, que estavam presentes no encontro, e é também evidente que está distante a possibilidade daquela nação aderir ao tratado.

#### **3.4.4 Guerra no Iraque**

Logo após sua posse, o presidente Obama anunciou uma nova estratégia para a Guerra no Iraque, no sentido de que fosse preparada uma transição de responsabilidade aos iraquianos. Além disso, anunciou que, em agosto de 2010, cessariam as missões de combate naquele país.

A promessa vem sendo cumprida com o início da retirada de soldados e o anúncio da permanência de 50 mil combatentes, a partir de setembro desse ano.

Eles terão o papel de assessorar e treinar forças iraquianas, proteger pessoal civil norte-americano e planejar operações de contraterrorismo.

Para completar a transição, os EUA instalarão um novo embaixador e um novo comandante militar em Bagdá, sendo prevista a saída dos 50 mil restantes ao final de 2011.

#### 3.4.5 Doutrina Obama

A chamada Doutrina Obama foi, finalmente, consubstanciada com a apresentação, em maio de 2010, ao Congresso norteamericano do documento *The National Security Strategy of the United States of America* (ESTADOS UNIDOS, 2010).

Ela modificou o eixo estrutural da Doutrina Bush de que os EUA adotariam uma postura de ação, fazendo uso de ataques antecipados, caso se sentissem ameaçados.

Além disso, busca reforçar idéias multilaterais como esgotamento de opções antes de ações bélicas e busca da legitimidade internacional.

Alguns de seus principais pontos:

##### - **Uso da Força:**

Em um parágrafo específico chamado "uso da força", diz: "Embora o uso da força seja por vezes necessário, nós vamos esgotar as outras opções antes de partir para a guerra sempre que possível. Entretanto, quando a força se mostrar necessária, vamos continuar a fazer seu uso de um modo que reflita nossos valores e reforce nossa legitimidade."

##### - **Unilateralismo**

Os EUA vão procurar a legitimidade internacional (através da ONU ou da OTAN) antes de agir. No entanto, como qualquer presidente norteamericano teria feito, Obama mantém uma opção para a ação isolada: "Os EUA devem reservar o direito de agir unilateralmente, se necessário."

Desse modo, a política externa adotada pelos EUA, desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, trouxe diversas conseqüências para a ordem mundial. Alianças tradicionais com importantes aliados europeus foram abaladas, duas guerras foram iniciadas e a importância da ONU foi seriamente questionada. No entanto, ainda sobre a influência do legado do mandatário anterior, o presidente Obama vem, paulatinamente, colocando em prática uma progressiva transformação

da condução dessa política externa, dando mostras da busca pela cooperação internacional e o respeito a uma ordem internacional multilateral.

## 4 REFLEXOS NA CONJUNTURA GLOBAL

Este capítulo tem por finalidade apontar os reflexos ocorridos na conjuntura global, desde 2001, graças à postura adotada pelo governo norteamericano em reação ao 11 de Setembro.

Inicialmente, o estudo conduz a um exame do estágio de relações internacionais entre os EUA e as demais potências do mundo, notadamente as européias, nos anos seguintes aos atentados, procurando analisar a posição hegemônica desfrutada pela nação estadunidense e o enfraquecimento do sistema multilateral de poder.

A seguir, como contraponto direto à postura unilateral assumida pelos EUA, mostrar-se-á o declínio de poder experimentado pela ONU, nesses anos, afetando diretamente esse mesmo sistema multilateral de relações mundiais.

Finalmente, a proposta de distensão do presidente Obama será mostrada e inferir-se-á sobre as perspectivas da ONU como organismo promotor do multilateralismo.

### 4.1 A AFIRMAÇÃO DO IMPÉRIO E O ABALO DAS RELAÇÕES MULTILATERAIS

A história dos EUA, desde a sua independência até os dias atuais, revelou o caráter expansionista de seu regime democrático capitalista e de exportação de sua cultura puritana, considerados, pelos norteamericanos, exemplos de civilização democrática e de luta pela liberdade dos povos. A seguir, reportagem do jornal Folha de S. Paulo (SANGER, 2003, p. A16), ilustrando as intervenções dos EUA no mundo.

#### **PAX AMERICANA – Intervenções dos EUA no mundo**

##### **O início**

##### **1 Guerra hispano-americana – 1898**

O naufrágio do navio de guerra USS Maine no porto de Havana é o estopim para o conflito contra a Espanha. Os EUA assumem controle sobre Porto Rico e Filipinas.

##### **2 Filipinas – 1901**

Tropas dos EUA derrotam o movimento pró-independência.

**3 Panamá – 1903**

A Marinha dos EUA apóia os rebeldes na independência do Panamá em relação à Colômbia.

**4 Nicarágua – 1912**

Fuzileiros navais americanos ocupam o país. Permanecem até 1933.

**5 Haiti – 1914**

EUA dão início a 20 anos de ocupação militar, após período de conflitos sociais.

**6 Rússia – 1918**

Tropas dos EUA são enviadas à Rússia, em tentativa frustrada de ajudar a conter a revolução.

**Guerra Fria****7 Coreia – 1950-53**

Com o apoio da ONU, os EUA enviam tropas para tentar conter a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte.

**8 Irã – 1953**

A CIA apóia o golpe de Estado que leva o xá Reza Pahlevi ao poder.

**9 Guatemala – 1954**

Os EUA dão sustentação ao golpe que derruba o presidente Jacobo Árbenz.

**10 Cuba – 1961**

Os EUA apóiam exilados cubanos na fracassada invasão da baía dos Porcos.

**11 Indonésia – 1965**

Ligado aos soviéticos, o presidente Sukarno é derrubado, em ação com apoio dos EUA.

**12 Vietnã – 1964-75**

Os EUA enviam tropas para o Vietnã do Sul, no combate contra os comunistas do norte.

**13 República Dominicana – 1965**

Fuzileiros navais dos EUA derrotam o levante contra o governo militar.

**14 Congo – 1965**

Os EUA apóiam o golpe de Estado que leva Joseph Mobutu ao governo.

**15 Chile – 1973**



A CIA fornece ajuda na derrubada do governo Allende pelo general Pinochet.

#### **16 Nicarágua – 1979-90**

Os “contra” recebem suporte da CIA no combate ao governo Sandinista.

#### **17 Granada – 1983**

Os EUA derrubam o governo local, que tinha apoio cubano.

#### **18 Panamá – 1989**

O general Noriega, ex-aliado dos EUA, é deposto na invasão de 26 mil homens.

#### **Pós-Guerra Fria**

#### **19 Iraque – 1991**

Os EUA lideram coalizão internacional que expulsa as tropas iraquianas que haviam invadido o Kuwait.

#### **20 Somália – 1992-95**

EUA vão à Somália para intervir numa guerra entre facções locais.

#### **21 Kosovo – 1999**

A OTAN ataca o governo de Slobodan Milosevic para deter o massacre sérvio de kosovares de origem albanesa.

#### **22 Afeganistão – 2001**

Como consequência dos ataques de 11 de setembro, os EUA derrubam o governo fundamentalista do Taleban.

#### **23 Iraque – 2003**

Os EUA e aliados decidem tirar o ditador Saddam Hussein do poder.

Verifica-se, portanto, que os EUA, ao longo dos anos, mantiveram uma intensa atividade intervencionista, em escala mundial, sempre que consideraram seus interesses ameaçados ou em jogo. Não entrando no mérito de suas reais motivações, a exportação dos ideais civilizadores de liberdade e igualdade apareceu como principal bandeira dessa postura.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o esfacelamento da URSS, em 1991, determinaram o colapso da ordem bipolar da Guerra Fria, definindo-se os termos de uma nova estrutura de poder global onde os EUA, como a única superpotência restante, teriam precedência sobre todas as outras nações. Contudo, os dez anos que separaram esses acontecimentos do 11 de Setembro mostraram que, se por um lado a superioridade dos EUA realmente era incontestável, por outro havia todo um

sistema multilateral de relações e de poder exercido pelos EUA e as demais potências, notadamente as européias, e a ONU.

Após o 11 de Setembro e a conseqüente postura de ataques militares preventivos preconizada pela Doutrina Bush, os EUA adotaram um novo posicionamento em relação à sua política externa, que acabou por abalar o sistema multilateral de poder e por abalar as relações entre os EUA e os seus tradicionais aliados. Segundo Ivo Daalder, pesquisador do Instituto *Brookings*, em *Washington*, o presidente Bush foi responsável por uma revolução na política externa norte-americana, conforme artigo do jornal Folha de S. Paulo (MORAES, 2003, p. A29).

### **Bush revoluciona ação externa, diz analista**

[...] “A idéia básica é que Bush lançou uma revolução na política externa americana. Porém ela não diz respeito aos objetivos que a América pretende atingir, mas aos meios utilizados para chegar a esses objetivos.

Estes são bastante similares aos que tinham outros presidentes americanos. Ou seja, privilegiar os interesses americanos na cena global, conduzindo o mundo em direção aos interesses dos EUA e fazendo com que mais pessoas compartilhem os valores econômicos e políticos americanos. Um mundo livre e mais pacífico. Mas isso não é novo.

A verdadeira revolução diz respeito aos meios usados para chegar lá e à certeza de que a América atual é tão poderosa que pode atingir seus objetivos sozinha, sem o auxílio de seus aliados tradicionais, e de que, na verdade, as instituições, alianças, e leis internacionais criadas nos últimos 60 anos são obstáculos no que concerne a atingir esses objetivos.

Para a atual administração, uma América sem amarras é um lugar mais seguro. Assim, a melhor forma de maximizar a segurança do país é minimizar as restrições que pesam sobre seu governo.

Isso é uma mudança radical em relação ao modo de agir dos outros presidentes dos EUA do pós-guerra. Afinal, os predecessores de Bush realmente acreditavam que fosse importante trabalhar ao lado de seus amigos e aliados nas instituições transnacionais.

O atual presidente crê que essas instituições impeçam a realização de seus objetivos“. [...]

Desse modo, essa chamada revolução é baseada na idéia de que os EUA são tão mais poderosos que o restante do planeta que podem, portanto, agir de modo unilateralista. O resultado dessa nova política de relações exteriores, que coloca em segundo plano a cooperação e o entendimento internacionais, foi o recrudescimento do sentimento antiamericano na Europa e no mundo em geral, bem como, o aumento crescente do sentimento de desconfiança internacional sobre os reais significados de todas as posições assumidas pelos EUA nos fóruns e questões globais, tendo como consequência imediata o relativo isolamento em relação às suas posições na situação caótica do pós-guerra iraquiano.

#### 4.2 A CRISE DE AUTORIDADE DA ONU

A ONU, desde sua criação após a II Guerra Mundial, se desenvolveu e assumiu posição de destaque como fiadora do sistema pacífico de relações multilaterais internacionais, servindo, como fórum internacional, de palco para as grandes questões da humanidade. O chamado elo de poder transatlântico – entre os EUA e a Europa – formou-se e consolidou-se sob seus auspícios.

Além disso, ao longo dos anos, ela teve o mérito de buscar a mobilização de seus países-membros no sentido de prover ajuda humanitária a milhões de pessoas em todo o planeta, de cuidar de refugiados que sofrem as agruras das guerras e de velar pela paz em Estados que atravessam conflitos internos.

Se, em suas primeiras quatro décadas de existência, o órgão teve suas estruturas multilateralistas bloqueadas pela confrontação bipolar que opunha os EUA à URSS; após o término da Guerra Fria, nos anos 90 do século passado, a ONU ganhou ainda mais notoriedade, pois, com os EUA privilegiando o multilateralismo – governo Bill Clinton –, a entidade viveu um período de grande sucesso em relação à opinião pública internacional, mostrando força até em questões de guerra e paz, como ocorreu em Timor Leste a partir de 1999.

Contudo, a decisão unilateral norteamericana de invasão do Iraque causou, indubitavelmente, uma crise de autoridade nesse organismo internacional, fomentador do entendimento e da busca pela via pacífica de solução das controvérsias entre as nações.

Além disso, o citado elo transatlântico foi afetado, comprometendo-se as relações entre os EUA e dois de seus principais aliados tradicionais, a França e a Alemanha.

A seguir, artigo do jornal Folha de S. Paulo (MORAES, 2003, p. A18), ilustrando a questão.

### **Doutrina Bush mina elo transatlântico**

A Doutrina Bush, o conjunto de princípios e de métodos preconizados por Washington para proteger os EUA de ataques terroristas e para consolidar sua hegemonia, pôs em xeque a aliança entre os EUA e a Europa Ocidental.

Por conta do unilateralismo demonstrado por Washington nos últimos meses, a França e a Alemanha, que constituem o motor da União Européia (UE), entraram em rota de colisão com os EUA. Paris ameaçou até usar seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU – caso ele decidisse apoiar a invasão do Iraque.

Essas divergências poderão ter conseqüências graves no futuro se Washington se mantiver unilateralista, relegando à ONU um papel secundário na reconstrução iraquiana (apesar da veleidade de ceder mais espaço à entidade manifestada por autoridades americanas na última semana), segundo analistas ouvidos pela Folha.

“As relações transatlânticas não serão abaladas demais no futuro por causa da crise. Continuará a haver acordos e desacordos. Porém, se a administração americana não se mostrar mais multilateralista, os desacordos deverão ser mais freqüentes que os acordos. Mas isso não significa que a aliança transatlântica conhecerá seu fim”, analisou Hubert Védrine, ex-chanceler francês (1997-2002).

De fato, se os falcões do governo mantiverem sua influência na política externa de George W. Bush, haverá um distanciamento mais nítido entre os valores dos EUA e os de alguns dos principais países europeus, aprofundando o fosso criado pela Guerra do Iraque.

Todavia, para Charles Kupchan, do Council on Foreign Relations (EUA), a situação é ainda mais séria. “As atitudes do governo Bush mostraram à Europa que há diferenças vitais entre seus interesses e os dos americanos. Os europeus, sobretudo os franceses e os alemães, perceberam que não podem influenciar Washington e tiveram de repensar o modo como agirão em relação aos EUA”.

De acordo com Charles Tilly, autor de “From Contention to Democracy” (da contenção à democracia), o que realmente está em jogo é o “sistema multilateralista criado após a Segunda Guerra”. Os principais assessores de Bush não querem se curvar às restrições impostas pela ONU. Isso fará com que até os aliados dos EUA “se sintam ameaçados”.

Segundo Kupchan, a médio prazo, isso servirá para consolidar a UE, apesar das divisões atuais.”Mesmo o Reino Unido, o maior aliado geopolítico de Washington, notará que não tem muito a ganhar com seu apoio aos EUA”.

A chamada “nova Europa” ainda é a incógnita da equação. Contudo, em tempo de paz, os países do Leste Europeu deverão concluir que não podem perder a oportunidade que lhes foi oferecido pela “velha Europa” – uma verdadeira adesão à UE.

Kupchan acredita que mesmo a Rússia já tenha compreendido que uma aproximação com os EUA não lhe renderia os frutos esperados. “Os Russos fizeram várias concessões estratégicas para aproximar-se dos americanos na última década, no entanto nunca foram tratados como parceiros. Hoje eles percebem que a UE pode ser mais interessante do que eles imaginavam”, explicou.

Vale lembrar que o comércio internacional da Rússia apenas com a Alemanha já se equipara ao que ela tem com os EUA. Isso sem falar nos outros 14 atuais membros da UE. Esta, a propósito deverá contar com 25 países a partir de maio do próximo ano, tornando-se um mercado ainda mais atraente para os russos.

Assim, embora tenha constituído um sucesso inicial (com a vitória bélica no Iraque), crescendo o capital político interno do presidente, a Doutrina Bush não garante que a hegemonia dos EUA seja considerada positiva pela comunidade internacional. A dificuldade americana em encontrar países para ajudar na reconstrução do Iraque é um bom exemplo.

Ora, se Washington não abrir mão da intransigência geopolítica de sua atual administração, o grande perdedor será o “sistema multilateralista benigno” – representado pela ONU –, de acordo com Tilly. Isso “transformará a cena internacional em algo ainda menos seguro, num momento em que a ameaça terrorista ainda é das mais importantes”.

Assim, a crise diplomática que precedeu a ofensiva anglo-americana contra o regime de Saddam Hussein, o papel secundário que a Resolução 1483 do Conselho de Segurança lhe reservou na reconstrução do Iraque e a desconfiança da opinião pública internacional – contrária ou favorável à guerra – quanto à sua eficácia na resolução de grandes questões de guerra e paz abalaram a credibilidade da ONU, que buscou não se tornar refém da vontade política dos EUA, a única superpotência do mundo atual.

No entanto, a derrota eleitoral do premiê espanhol José Maria Aznar, após os recentes atentados terroristas de 11 de março de 2004, significou uma derrota para a política externa dos EUA, pois demonstrou que um de seus aliados europeus teve sua atuação repudiada pela população, enfraquecendo ainda mais a coalizão que apoiava a presença dos EUA no Iraque. Assim, os atentados na Espanha catalisaram um processo de união dos países da UE, liderados pelo bloco franco-alemão, em torno da aprovação no CS da ONU de uma ampliação do seu papel na reconstrução do Iraque, projeto este que sofreu resistência por parte dos EUA.

#### 4.3 A PROPOSTA DE DISTENSÃO DE OBAMA

Desde sua posse, em janeiro de 2009, o presidente Obama dá mostras que sua conciliadora retórica de sucesso, usada na campanha presidencial democrata contra o conservadorismo agressivo e unilateral republicano, vem progressivamente sendo implantada.

Nesses 20 meses iniciais de governo, importantes medidas tomadas pelo governo estadunidense dão mostras da clara proposta de distensão, que privilegia interesses multilaterais, em contraponto à postura unilateral do governo anterior.

Assim foi em casos concretos apresentados a seguir:

##### 1º) A Situação da Prisão de Guantánamo

O funcionamento da prisão, situada na ilha de Cuba, representa, ainda hoje, um dos marcos da unilateralidade e arrogância norteamericana e do desrespeito às leis internacionais por parte dos EUA.

O presidente Obama, contudo, implantou diversas mudanças que redundaram em avanços consideráveis nas condições de vida da prisão:

- torturas e interrogatórios foram interrompidos por ordem da Casa Branca;

- os presos têm, regularmente, acesso à assistência médica, a itens de higiene pessoal, a recreação diária e até a programas reabilitadores, como aulas de línguas e de artes;
- os acusados têm maior possibilidade de escolha de advogados;
- há limites mais rígidos na utilização de testemunhos indiretos;
- nos julgamentos, levados a efeito pelas Comissões Militares, aumentaram as exigências para a admissão de provas obtidas sob coerção; e
- houve a mudança da nomenclatura dos acusados, que antes eram “combatentes inimigos ilegais” e agora são tratados por “inimigos beligerantes não privilegiados”.

Embora, Obama tenha desistido do fechamento da prisão em 2010, como antes havia prometido, a prisão tende a sofrer uma grande diminuição, pois o centro de detenção, por onde já passaram cerca de 700 pessoas, desde 2002, abriga hoje pouco mais de 180 presos, e, conforme anunciado, deverá reduzir esse número para 50 acusados.

De qualquer maneira, apesar das mudanças, a permanência da existência de Guantánamo oferece razões suficientes para críticas de grupos de direitos humanos e representa uma prova concreta da superioridade hegemônica dos EUA.

### 2º) A Situação da Ocupação no Iraque

A partir de 01 de setembro de 2010, se deu início a uma nova fase da ocupação do Iraque pelos EUA.

O nome da operação passou de *Iraqi Freedom* (Liberdade no Iraque) para *New Dawn* (Novo Amanhecer). A suspensão dos combates foi declarada e se pretende conduzir uma transição de governo com responsabilidade total para os iraquianos.

Os efetivos militares foram reduzidos para 50 mil homens cuja previsão de saída deverá ocorrer no final de 2011.

### 3º) Acordo para a Redução do Arsenal Nuclear

EUA e Rússia acertaram um novo acordo de redução de armas nucleares, em abril de 2010, que prevê a redução em 74% dos limites do acordo anterior: o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START-1), assinado em 1991 e vencido em dezembro de 2009.

O novo tratado estipula o limite de 1550 ogivas estratégicas de longo alcance (o anterior limitava em 6000 ogivas), tem limite de execução de 10 anos,

prorrogáveis por mais cinco, e representa um recomeço na relação EUA e Rússia, marcando um nível mais elevado de cooperação entre os países, pois prevê, inclusive, métodos de verificação mútua, checagem em campo e troca de dados de medições remotas.

#### 4º) A Doutrina Obama

Uma das principais conclusões decorrentes da nova estratégia de segurança nacional do presidente Obama é que ele modificou a Doutrina Bush de ações preventivas.

O impulso e o espírito dos dois documentos são muito diferentes. George Bush se referia, especificamente, à "Guerra ao Terror"; e Barack Obama, não faz essa referência, evitando, dessa forma, a radicalização e, ainda, não buscando culpados no extremismo religioso pela existência da Al Qaeda.

Ambos os documentos atribuem aos EUA uma condição de condutor da liderança mundial, mas a liderança enfatizada por Obama é de uma ordem diferente.

A Doutrina Bush assumiu um ambicioso objetivo final de acabar com a tirania no mundo, por meio da disseminação da democracia. A Doutrina Obama é mais modesta, expressando que: a responsabilidade sobre o destino do mundo em um século jovem não pode cair sobre os ombros dos Estados Unidos sozinho.

Finalmente, deixando clara sua intenção de distensão, em relação a tudo o que ocorreu nos oito anos anteriores, lamentou a atuação externa recente dos EUA fora das correntes da cooperação internacional.

#### 4.4 AS PERSPECTIVAS DA ONU COMO ORGANISMO INTERNACIONAL PROMOTOR DO MULTILATERALISMO

Pelo apresentado no conjunto desse capítulo, embora se possa inferir que a força da ONU seja inversamente proporcional à postura unilateralista norteamericana, como a adotada pelo governo Bush, essa mesma postura poderá abrandar-se em face de desafios complexos e de desdobramentos resultantes dos novos rumos da política externa norteamericana.

A realidade tem demonstrado, tomando-se como exemplo os casos das guerras no Afeganistão e no Iraque, que, à medida que o tempo passa, os custos de ocupação aumentam, as baixas se multiplicam, a ajuda externa escasseia e o caos



generalizado se instala, os EUA, movidos principalmente por forte pressão interna, buscam uma ampliação do papel da ONU na nova ordem mundial.

Assim, pode-se concluir parcialmente que a ONU, sem dúvida, depende da força de seus membros e mesmo que, nos próximos anos ou décadas, os EUA exerçam uma força política e militar superior a todos os demais membros, o organismo continuará a ser incontornável no que se refere às suas diversas áreas de atuação, pois, mesmo num contexto de guerra ao terrorismo e de eventuais combates preventivos, a organização sempre representará um fórum onde questões que afetam o convívio das nações são discutidas, buscando-se o consenso e, o mais importante, as decisões multilaterais.

## 5 IMPLICAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

Nos capítulos anteriores, se buscou analisar a postura norteamericana após o 11 de Setembro e os seus conseqüentes desdobramentos internacionais, como as invasões do Afeganistão e do Iraque, as medidas restritivas às liberdades civis, a crise de autoridade da ONU, o comprometimento do sistema multilateral de relações internacionais e a distensão pretendida por Obama.

Este capítulo, que antecede à conclusão do trabalho, tem por finalidade discorrer sobre as implicações políticas e militares para o Brasil em decorrência da postura acima citada.

Concomitantemente, buscar-se-á identificar, em face dessas implicações, novas oportunidades e potenciais ameaças para a nação brasileira.

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2003), em discurso proferido na sede da ONU em novembro de 2003, reiterou perante às Nações Unidas a posição nacional em face da ameaça à paz mundial representada pelo terrorismo mundial.

### **Palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”**

Saúdo a oportuna iniciativa do Primeiro Ministro Kjell Magne Bondevik e do Professor Elie Wiesel, que retoma o debate multilateral sobre o terrorismo no mais elevado nível político.

Nos últimos anos, cruéis atentados atingiram os Estados Unidos, Bali, Riad e Casablanca. O onze de setembro ficará gravado em nossa memória como o marco trágico de um ciclo de violência que infelizmente não parece prestes a terminar.

Mais recentemente, o ataque à sede das Nações Unidas em Bagdá, ilustra o agravamento do problema e a insanidade dos autores de atos terroristas.

O principal empecilho a uma cooperação mais efetiva contra o terrorismo é político.

O ódio que anima os extremistas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos. São necessárias iniciativas diplomáticas, legitimadas pelo direito internacional.

São necessárias ações coordenadas, conduzidas por lideranças capazes de combinar firmeza no combate à violência com um claro compromisso com a democracia e a inclusão social.

Não podemos prescindir da ONU em nossos esforços. Enfraquecê-la significa fortalecer os inimigos da paz.

Mas a atuação das Nações Unidas não pode limitar-se a aspectos humanitários. Se os métodos e estruturas da ONU não satisfazem às exigências do mundo contemporâneo, apressemo-nos em reformá-la e modernizá-la.

Devemos minimizar os custos humanos e materiais da luta contra o terrorismo. A melhor forma de fazê-lo é privilegiar os instrumentos do diálogo, da diplomacia.

A luta contra o terrorismo não pode ser encarada como incompatível com a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos, inclusive o direito a uma vida digna. Essa noção não tem sido enfatizada com a firmeza necessária.

Devemos garantir, em quaisquer circunstâncias, o respeito à legalidade. A detenção de indivíduos exige mandados de prisão e supõe processos regulares, universalmente aceitos.

Embora os atos terroristas tenham características comuns – como o desprezo pela vida humana e o mesmo substrato de barbárie -, não devemos tratar o terrorismo como se fosse um movimento internacional de uma só face.

Generalizações simplificadoras podem levar a estratégias contraproducentes. Quando as generalizações envolvem a estigmatização de etnias, crenças, religiões, regiões ou países inteiros, elas passam a ser francamente perigosas.

Devemos evitar que o radicalismo produza a quebra da confiança e da comunicação entre povos, grupos, religiões ou etnias.

O terrorismo ganhará eco sempre que aspirações legítimas por representação política ou por justiça social forem sufocadas pela indiferença e pela arbitrariedade.

Senhoras e senhores,

O encontro preparatório de Oslo chegou a algumas conclusões importantes para este debate: não há um elo direto de causa e efeito entre pobreza e terrorismo. A associação automática entre

terrorismo e pobreza pode levar à injusta discriminação contra países em desenvolvimento, como “celeiros” de terroristas.

A origem de atos terroristas é de caráter político: a falta de democracia ou de liberdades civis, a ausência de um Estado de Direito; as desigualdades de poder.

A falta de acesso a bens elementares, inclusive educação e bens culturais, corrói o tecido social e torna os indivíduos vulneráveis.

Essa situação pode ter como efeito a proliferação de atividades ilícitas de natureza variada, entre as quais o crime organizado e o terrorismo.

Não cremos que a mera elaboração de listas de organizações terroristas internacionais resolvam o problema.

Apoiamos a elaboração de uma convenção abrangente sobre o terrorismo, que permita definir todas suas manifestações e seus possíveis autores.

A prevenção exige maior cooperação judiciária e dos órgãos de inteligência financeira e policial para reprimir eventuais associações de grupos terroristas com outras organizações criminosas.

Atenção particular deve ser conferida aos jovens, que se incluem entre os setores mais vulneráveis à propagação de idéias extremistas.

Devemos, também, evitar que o legítimo reforço de medidas de segurança – contra o bioterrorismo, por exemplo – se transforme na imposição de uma nova categoria disfarçada de barreiras não-tarifárias ao comércio internacional.

O Brasil reitera seu mais profundo repúdio a todas as formas e manifestações de terrorismo. Nossa constituição o qualifica como crime hediondo.

O Brasil ratificou nove dos 12 acordos universais sobre terrorismo negociados no âmbito das Nações Unidas, Agências Especializadas e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Três se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

Uma das formas mais eficazes de combater o terrorismo é sustar suas fontes de financiamento. Aprovamos, em julho passado, legislação que tipifica expressamente o terrorismo e seu financiamento como crimes antecedentes ao da lavagem de ativos.

Cooperamos na região com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, o Grupo de Ação Financeira da América do Sul e o Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo do MERCOSUL. Na esfera multilateral, temos contribuído para os trabalhos dos órgãos das Nações Unidas encarregados de combater o terrorismo. Implementamos todas as resoluções do Conselho de Segurança sobre o assunto, em especial a 1373, que prevê medidas abrangentes para coibir atividades terroristas.

O Brasil se preocupa com alegações infundadas quanto à existência de grupos terroristas.

Não há qualquer prova de atividade ligada ao terrorismo na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Árabes e judeus vivem em harmonia no Brasil. Somos uma sociedade que valoriza a diversidade étnica e religiosa.

Amigas e amigos,

Encerro com um pensamento para Sérgio Vieira de Mello e para os demais funcionários da Organização que morreram no atentado de Bagdá.

O exercício, pelo povo iraquiano, de sua soberania e autodeterminação é condição essencial para a estabilização do país. O “Documento de Oslo” afirma que as desigualdades de poder decorrentes de ocupação estrangeira criam ambiente propício à perpetração de atos terroristas.

O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao o terrorismo.

Muito Obrigado.

Das palavras do presidente brasileiro, puderam-se destacar alguns pressupostos essenciais, atinentes a esse trabalho, da política externa nacional, tais como:

- o repúdio a todas as formas e manifestações de terrorismo;
- a ausência de uma solução política compartilhada em escala mundial, como sendo o maior entrave à luta contra o terrorismo mundial;

- a necessidade de fortalecimento da ONU, o principal órgão fomentador e promotor do sistema multilateral de relações entre as nações no cenário internacional;

- a também necessidade de fortalecimento do sistema internacional de relações multilaterais entre as nações em contraposição à postura unilateral assumida pelos EUA, no governo Bush;

- a imperiosa necessidade de alteração dos métodos e estruturas da ONU, atualmente ultrapassados, para contraporem-se aos novos desafios do mundo contemporâneo;

- o entendimento de que a diplomacia e os seus instrumentos promotores do diálogo internacional devem ser prevaletes sobre as formas puramente militares de resolução da luta contra o terrorismo internacional, como forma de minimizar os custos humanos e materiais dessa luta;

- a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos e o respeito à legalidade, condenando-se as práticas de detenção de indivíduos não universalmente aceitas e acordadas;

- evitar-se a todo custo a identificação das potenciais ameaças terroristas por intermédio de generalizações simplificadas que estigmatizam etnias, crenças, religiões, regiões ou países inteiros, pois, de maneira geral, elas conduzem à formulação de estratégias contraproducentes e perigosas;

- privilegiar a comunicação entre povos, grupos, religiões e etnias em contraposição direta ao radicalismo, à indiferença e à arbitrariedade, que acabarão por fomentar o terrorismo na medida em que sufoquem as aspirações legítimas por representação política ou por justiça social;

- a não existência da perversa associação automática entre pobreza e terrorismo, tendendo à injusta discriminação das nações em desenvolvimento; e

- a promoção de uma real inserção das nações em desenvolvimento no comércio internacional e, por conseguinte, a condenação da proliferação das medidas de segurança, como por exemplo: o bioterrorismo, adotadas por nações desenvolvidas, quando essas se mostram como uma nova categoria disfarçada de barreiras não-tarifárias, visando à manutenção da exclusão, do comércio internacional em larga escala, dos Estados em desenvolvimento.

Feitas essas considerações, buscar-se-á identificar as atuais principais implicações políticas e militares surgidas para o Brasil em decorrência da postura

assumida pelos EUA após o 11 de Setembro e, de forma concomitante, apresentar-se-ão, em face dessas implicações, novas oportunidades e potenciais ameaças para a nação brasileira.

## 5.1 POLÍTICAS

### 1ª) A Manutenção da Pretensão Nacional de Assumir um Assento no CS da ONU

A aspiração nacional em conseguir um assento permanente no CS da ONU vem assumindo maior relevância no contexto da política externa brasileira, desde meados da década de 90 do século passado, com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, antecessor ao atual.

Dando seqüência a essa política estratégica, o governo Lula vem atestando, em várias oportunidades e nos fóruns internacionais de que participa, a premente necessidade de uma reforma estrutural profunda da ONU e do atual CS para atender aos novos desafios da sociedade contemporânea, reforma esta que poderia proporcionar as condições necessárias para a almejada meta ser atingida.

A crise de autoridade atravessada pela ONU, provocada diretamente pela postura unilateral norte-americana após o 11 de Setembro, durante o governo Bush, relatada no capítulo anterior, provocou uma intensa discussão mundial acerca da utilidade e do futuro da entidade, corroborando a posição nacional sobre a necessidade de mudanças estruturais, visando à sua modernização.

Pode-se, portanto, admitir, mantida a distensão da atual política externa norte-americana pelo presidente Obama, em um futuro próximo, a possibilidade da ocorrência das citadas alterações estruturais na entidade, possibilitando-se uma ampliação do espectro de nações componentes do CS.

### 2ª) Articulação da Liderança Brasileira sobre um Grupo de Países em Desenvolvimento

Em agosto de 2003, na fase de preparação para a 5ª Conferência Ministerial da OMC, em Cancún no México, o Brasil liderou outros 22 países, o chamado G-20, grupo de nações em desenvolvimento, na crítica ao protecionismo agrícola norte-americano e europeu, rebelando-se contra a tentativa dos países ricos de imporem sua agenda e levando ao fracasso a rodada comercial.

A posição de liderança política assumida pelo Brasil, diante do G-20, culminou um processo de aproximação do Brasil com um conjunto de países em desenvolvimento de vários continentes. Essa aproximação, que já vinha do governo anterior, ganhou notável impulso com o governo Lula, criando-se um ambiente favorável de cooperação entre os grandes países do Sul – Argentina, China, Índia, África do Sul, dentre outros.

As ações nacionais nesse sentido foram: desde o alçamento da China como o segundo maior mercado para os produtos brasileiros, perdendo apenas para os EUA; a assinatura com a Índia, junto à Cúpula do MERCOSUL, em junho de 2003, de um acordo-marco com o objetivo de estabelecer regras claras e duradouras para estimular o desenvolvimento do comércio e dos investimentos recíprocos; até o estabelecimento com a África do Sul de entendimentos na construção de uma área de livre comércio. O resultado foi o nascimento do grupo, durante a reunião da OMC, sob a natural liderança brasileira.

Assim, no delicado contexto porque passaram as relações entre os países, onde os EUA assumiram com a Doutrina Bush uma postura unilateral de defesa de seus interesses, o Brasil, respeitando as tradições históricas de sua política externa, vislumbra a oportunidade de uma maior projeção de seu poder político, promovendo e estimulando o princípio do multilateralismo como forma de resolução dos conflitos.

### 3ª) A Busca pela Consolidação da Imagem Internacional do País

Durante os últimos anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visitas a diversos países do mundo, em todos os continentes, cumprindo extensa agenda internacional – a maior de um presidente até o presente. Dentre as diversas nações visitadas, destacaram-se as visitas a países árabes, ao Irã e a Israel, devido ao momento de tensão árabe-israelense vivido na região.

Por onde passou, invariavelmente, o Brasil angariou o apoio das nações para a sua pretensão de ser indicado como membro do CS da ONU. Além das motivações políticas, objetivos econômicos e comerciais nortearam as viagens presidenciais, pois a região, juntamente com América do Sul, Ásia e África, se encontra entre as prioridades do Brasil para o aumento do intercâmbio comercial.

Recentemente, o Brasil, juntamente com a Turquia, conseguiu a assinatura do Irã em um acordo para a continuação pacífica do controverso programa nuclear iraniano. O acordo acabou frustrado pela ingerência dos EUA e das demais nações



do CS da ONU, contudo evidenciou a ascensão contínua do Brasil como ator importante no cenário internacional.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a visão estratégica por trás dessa intensa agenda externa do mandatário brasileiro é consolidar a imagem internacional do país, como a de uma nação com capacidade de atuar em várias regiões conflituosas do planeta, mostrando uma postura equidistante e conciliadora.

Desse modo, em uma época conturbada das relações internacionais, onde o multilateralismo perdeu espaço para o unilateralismo praticado pela potência hegemônica, o Brasil tenta consolidar sua imagem internacional de promotor da via diplomática como base para o entendimento dos povos.

#### 4ª) Reforço das Relações Tradicionais com os Vizinhos da América do Sul e Latina

A prioridade conferida pelo Brasil à América do Sul, que se refletiu no aprofundamento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na formação e aprimoramento institucional da União das Nações Sulamericanas (UNASUL) – formalizada, oficialmente, em maio de 2008, durante uma reunião dos presidentes dos países da América do Sul, no Brasil, e herdeira da antiga Comunidade Sulamericana de Nações (CSN) – resultou em aumento significativo dos contatos políticos entre os governos brasileiro e dos países da região.

A UNASUL se mostra particularmente útil na medida em que oferece um local apropriado para o tratamento de dificuldades políticas surgidas na região, como foi a crise político-institucional que a Bolívia atravessou em meados de 2008. Naquela ocasião, a cúpula extraordinária do órgão garantiu à crise encaminhamento pacífico e demonstrou capacidade de diálogo e respaldo à democracia na região.

No Caribe, a atuação internacional brasileira, desde 2004, na Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), é marcante e emblemática na normalização institucional do país, pois lidera o comando militar da missão, possuindo o maior contingente de tropas.

Assim, o Brasil busca o necessário fortalecimento de sua natural liderança sulamericana e até ampliando-a em direção ao Caribe, apoiado em organismos multilaterais que, em contrapartida, fortalecerão como um todo os países da região.

#### 5ª) Diversificação de Parcerias Políticas no Sentido Sul-Sul

Articulando-se ao reforço das relações regionais, acima transcrita, o Brasil tem desenvolvido intenso diálogo político e fortalecido suas relações com países

antes menos presentes em sua agenda política, notadamente na África, na Ásia e no mundo árabe.

Foram abertas cerca de 35 novas embaixadas e estabelecidas relações diplomáticas com praticamente todos os países das Nações Unidas. Foram, ainda, criados os foros: América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA), além daquele que reúne Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Assim, o Brasil busca se consolidar politicamente como ator global, partidário de um cenário mundial multipolar, haja vista os novos desafios do século 21, que sugerem, mais a cada dia, a necessidade de alteração da estrutura tradicional de poder mundial centrada na ONU.

## 5.2 MILITARES

### 1ª) Corte do Auxílio Financeiro Norte-Americano para a Área Militar

O TPI, que começou a funcionar em julho de 2002, em Haia, na Holanda, foi criado em 1998 com a missão de julgar os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. Os EUA, o Brasil e a grande maioria da comunidade internacional assinaram, à época, o tratado que deu origem ao tribunal. Contudo, coincidindo com o avanço da campanha norteamericana contra o terrorismo em vários pontos do mundo e com a preparação da campanha contra o Iraque, o presidente Bush excluiu os EUA do TPI em 2002.

Alegando proteção a seus militares contra possíveis perseguições, os EUA, unilateralmente, adotaram essa nova postura em que buscam obter acordos bilaterais, conhecidos como Artigo 98, que proibam os países signatários de levar os casos de violações, envolvendo norte-americanos, ao TPI, bem como de extraditá-los para serem julgados pelo tribunal.

Em julho de 2003, os EUA anunciaram a suspensão, a partir de outubro daquele ano, da ajuda militar a 47 países como represália ao fato dessas nações não terem assinado o citado acordo.

O governo brasileiro, coerente com sua política externa de valorização das instituições multilaterais, recusou-se a assinar o proposto acordo bilateral, e, a exemplo das demais nações, foi incluído na lista de países retaliados.

A seguir, reprodução do assunto publicado no jornal Folha de S. Paulo (CANZIAN, 2003).

### **Brasil rechaça pressão e não assinará acordo**

O Brasil não assinará o protocolo norte-americano que garante aos cidadãos de seu país imunidade contra acusações no TPI (Tribunal Penal Internacional), mesmo depois das retaliações anunciadas pelos Estados Unidos.

“O Brasil não tenciona firmar o acordo bilateral proposto pelos Estados Unidos” afirma nota divulgada pelo Ministério das relações Exteriores.

Segundo o Itamaraty, “no entendimento brasileiro, o acordo proposto pelos EUA seria contrário à letra e ao espírito do Estatuto de Roma (que deu origem ao TPI) e atenderia contra a igualdade jurídica dos Estados”. O objetivo do tribunal é impedir que pessoas acusadas de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio fiquem impunes.

Segundo diplomatas brasileiros os EUA querem imunidade porque temem que países utilizem o tribunal para perseguir militares americanos – que cada vez mais estão envolvidos em operações ao redor do mundo. O pedido dos EUA, no entanto, se aceito, significaria concordar que o TPI é uma instituição menos confiável que os tribunais norte-americanos.

[...] O Ministério das Relações Exteriores diz que o impacto das retaliações anunciadas pelos EUA não será significativo, pois atualmente a assistência militar prestada pelos norte-americanos ao país é pequena.

[...] O governo brasileiro tem apenas um programa de cooperação com os EUA que será cancelado a partir de outubro. Atualmente, os EUA gastam US\$ 500 mil por ano com o treinamento de militares brasileiros no seu país[...]

Assim, embora o auxílio prestado pelos EUA não fosse, à época, significativo, o Brasil, que destina uma pequena parcela de seu orçamento para o setor militar, sofreu uma retaliação da potência hegemônica, tendo prejudicados, de certa forma, alguns de seus projetos para qualificação de seu pessoal militar.

A soberana postura externa nacional fez-se presente mais uma vez, demonstrando seu desacordo a mais um produto resultante da postura unilateral assumida pelos EUA após o 11 de Setembro.

2ª) Maturidade da Convicção de que é Necessário se Constituírem Forças Armadas Compatíveis com a Estatura Econômica do País e com seu Pretendido Papel na Comunidade Internacional

A pretensão nacional em conseguir um assento permanente no CS da ONU exige do Brasil, além de intrincadas negociações políticas em fóruns internacionais, demonstrações claras e inequívocas de que o país possui, dentre outros requisitos, um poder militar compatível com a estatura internacional ao cargo pretendido e de que possui, igualmente, a capacidade política e econômica para fazer uso desse poder quando requisitado pela comunidade internacional.

Corroborando a assertiva acima, o presidente Lula (2004, p. A4) afirmou que “um país só é forte e respeitado quando tem Forças Armadas compatíveis com a sua estatura econômica e com seu papel na comunidade internacional”.

Assim, o governo brasileiro vem buscando uma crescente participação das Forças Armadas no cenário internacional, predominantemente no continente americano. Um claro exemplo dessa nova postura foi a cooperação decisiva da FAB ao governo peruano, em junho de 2003, na libertação de 71 reféns que estavam nas mãos do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso, fornecendo um avião do SIVAM de sensoriamento remoto para localizar o cativeiro das vítimas, no meio da floresta equatorial em território daquele país. A operação pode ser considerada um marco da diplomacia nacional, que defende abertamente a integração sulamericana, sob a liderança brasileira, como forma de defender seus interesses em fóruns internacionais.

Outro exemplo é a participação brasileira na MINUSTAH, desde 2004. Atualmente, cerca de 2000 militares brasileiros estão no Haiti.

Dessa forma, o aumento da participação militar em missões internacionais se insere no bojo da ofensiva diplomática externa nacional, empreendida pelo atual governo. Essa postura, conforme relatado em parágrafos anteriores, possui suas raízes nas recentes e profundas transformações verificadas nas relações internacionais após o 11 de Setembro.

Concretamente, até o momento, não houve a contrapartida necessária em recursos financeiros para a recuperação da capacidade operacional das Forças Armadas, porém, acompanhando essa maturidade da convicção de que essas necessitam estar à altura das aspirações nacionais, pode-se inferir a possibilidade de que, num futuro próximo, o governo brasileiro, impelido pelas circunstâncias e

responsabilidades externas que ele mesmo idealizou para a nação, coloque em execução um amplo programa de reestruturação de seu poder militar.

3ª) Conscientização da Classe Política e da População Nacional sobre a Necessidade do Brasil Possuir Forças Armadas à Altura de sua Estatura Internacional

O presidente da República, em 18 de dezembro de 2008, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END) e determinou aos órgãos da administração federal que considerem, em seus planejamentos, ações destinadas ao fortalecimento da Defesa Nacional.

A Estratégia Nacional de Defesa pretende modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas; reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Concomitantemente, pretende estimular a participação da sociedade civil no debate sobre a defesa nacional e fazer com que as ações do setor estejam alinhadas com a estratégia de desenvolvimento nacional, especialmente na geração de pesquisas científicas e tecnológicas que aumentem a autonomia do país em relação ao exterior, tanto em atividades civis quanto em militares.

O lançamento recente e inédito de uma Estratégia Nacional de Defesa representou um marco para o Estado Nacional, pois, além da pretendida modernização estrutural das Forças Armadas, o documento possui a grande ambição de estimular toda a sociedade a pensar em Defesa Nacional, algo nunca antes realizado em toda a história do país.

Esse pensar em Defesa Nacional poderá resultar no maior propósito que consiste na conscientização da classe política, bem como da população nacional, sobre a necessidade premente das Forças Armadas serem modernizadas, justificando-se, assim, que gastos expressivos sejam empenhados para esse propósito.

Somente após ser atingida essa conscientização e, em consequência, os gastos serem realizados é que as Forças Armadas terão a real possibilidade de se adequarem aos novos desafios que certamente aguardam o Brasil, no século 21.

4ª) A Possibilidade da Perda da Oportunidade do Necessário Fortalecimento da Expressão Militar do Poder Nacional, comprometendo os Objetivos da Política Externa

Haja vista o exposto nos itens anteriores, aos objetivos que norteiam os atuais rumos da política externa brasileira, como a obtenção do assento no CS da ONU, e ao crescimento contínuo de seu papel como ator global, impõem-se ao Estado Nacional a constituição de Forças Armadas suficientemente fortes e capazes como elementos da expressão militar do poder nacional para atuar em proveito da consecução e da garantia dos objetivos nacionais.

A real implementação da Estratégia Nacional de Defesa, nos anos vindouros, permitirá que as Forças Armadas sejam reestruturadas, que seu material seja modernizado, que ocorra a incrementação da indústria nacional de defesa e que os seus efetivos sejam compatibilizados com os novos desafios impostos.

A expressão militar do poder nacional tem, nos dias atuais de recrudescimento das incertezas da ordem política internacional, em que o viés liberal é novamente suplantado pelos sentimentos nacionalistas, as condicionantes políticas favoráveis ao seu fortalecimento, como forma de realmente constituir-se em uma força de considerável valor dissuasório.

Alguns sinais concretos da implantação da END estão sendo tomados, como a constituição recente do Estado-Maior Conjunto de Defesa e os estudos continuados no Ministério da Defesa com vistas à integração das Forças Armadas, as recentes encomendas de submarinos para a Marinha e a conclusão da compra dos caças da FAB.

Contudo, isto não é o suficiente para a magnitude necessária de transformação estrutural que as Forças Armadas necessitam, pois o grau de deterioração e obsolescência da maior parte de seu material atingiram níveis alarmantes e muito preocupantes.

A diplomacia brasileira vem tentando mostrar ao mundo que merece – pelo tamanho de seu território e de sua população, pela sua influência geopolítica, pelo seu histórico de resolução pacífica de conflitos diplomáticos – ser um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Só que participar de um conselho dito de “segurança” significa ter músculo militar para ser eventualmente empregado em missões arriscadas não só de

manutenção mas também de “imposição” da paz – por exemplo, em caso de um país que sofra um genocídio ou uma “limpeza étnica”.

Manter tropas, navios e aviões capazes de intervir rapidamente no exterior custa caro. Para isso, as Forças Armadas têm de treinar e manter seu equipamento operacional. E isso fica difícil num país que não investe ou investe muito pouco nelas.

Assim, a perda da excelente oportunidade, imprescindível para os planos nacionais, de fortalecimento adequado da expressão militar do poder nacional, poderá comprometerá a obtenção dos objetivos da política externa brasileira.

## 6 CONCLUSÃO

No capítulo 4, intitulado “Conseqüências para o Brasil”, da obra “A Crise Internacional e o Brasil Depois do Atentado”, os autores descrevem o seguinte cenário:

[...] Antes do 11 de setembro a CIA disponibilizava, com fácil acesso, via internet, os cenários que projetava para as próximas décadas. O cenário mais favorável, ouro sobre azul, denominado *estabilização integradora*, combina o crescimento continuado da economia mundial com a progressiva adesão dos Estados nacionais às regras de liberalização e desregulamentação dos movimentos internacionais de capitais, empresas, mercadorias, técnicas e informações. Em sincronia com a redefinição das soberanias nacionais, haveria um cenário de paz com a crescente difusão do progresso técnico e a gradual convergência dos padrões de vida entre as nações.

Após o 11 de setembro, foi traçado pelo Império o destino dos Estados-bandidos. Henry Kissinger, em 7 de novembro, disse que os Estados Unidos buscarão a destruição do Estado que servir de base ao terrorismo. E que se os terroristas controlam parte de um país, como tem acontecido no Afeganistão e na Colômbia, poderão ser caçados em operações militares. Por isso, a chave da estratégia anti-terrorismo é eliminar os paraísos do terror. O critério para o enquadramento de um país como Estado-bandido não é claro: trata-se de uma decisão classificatória, que depende do livre arbítrio do Departamento de Estado, ou emanará de uma nova ordem internacional? Kissinger, como construtor institucional, prognostica que a guerra ao terrorismo não se limita a caçar os criminosos: ela é, acima de tudo, uma oportunidade extraordinária para remodelar o sistema internacional.

O Brasil é classificado, no momento, como um país em transição. Tal como Moisés, move-se em busca da Terra Prometida; não sabe onde ela está, porém sabe (ou pelo menos soube até pouco tempo) que está (ria) indo para lá. Nesta caminhada, correrá sempre o risco de ser enquadrado como bandido, ou pelo menos terá que reapresentar periodicamente suas credenciais de bom comportamento (LESSA; COSTA; EARP, 2002, p. 115-117).



Assim, ao encerrarmos essa análise sobre a política externa adotada pelos EUA após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o texto, acima transcrito, serve de reflexão constante para as ameaças que o futuro pode reservar às nações que ousarem desafiar o poder supremo da potência hegemônica, pois quando os interesses dos EUA estiverem em jogo, está claro de que não haverá discussão, podendo a força militar ser usada como opção para defesa desses interesses.

O 11 de Setembro derrubou o mito da invulnerabilidade norte-americana e provocou uma mudança radical na política externa dos EUA, obrigando a administração republicana de George W. Bush a abandonar sua tendência a isolar-se do resto do planeta.

Assim, a postura assumida pelos EUA sepultou a estratégia da contenção e a política de alianças, pilares geopolíticos do século 20, dando lugar a uma política estratégica de ação, materializada pela Doutrina Bush, que preconizava a necessidade dos EUA serem suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de buscar desenvolvimento militar na esperança de ultrapassar, ou mesmo de igualar, o poder norte-americano. Essa doutrina enfatizava ainda que, embora os EUA se esforçassem por obter o apoio da comunidade internacional, eles não hesitariam em agir sozinhos exercendo seu direito de autodefesa, coroando, dessa forma, a estratégia militar de ações preventivas e antecipatórias contra estados hostis e grupos terroristas.

Os objetivos norte-americanos continuaram, no mandato Bush, sendo os mesmos de antes, ou seja, privilegiar seus interesses na cena global, conduzindo o mundo em direção a esses interesses, fazendo com que mais pessoas compartilhassem os valores econômicos e políticos norte-americanos, consolidando, assim, seu poder hegemônico.

Os parágrafos, acima, confirmam as duas primeiras assertivas, pertencentes à problematização, levantadas na Introdução.

Os vinte primeiros meses do governo de Barak Obama servem para confirmar a retórica, por ele usada na campanha presidencial, contra o conservadorismo agressivo de Bush. Importantes medidas já tomadas dão claras mostras do processo de distensão que a política externa norte-americana está sofrendo.

Ações como: as melhores condições da Prisão de Guantánamo; o anúncio da fase final de ocupação do Iraque; o novo acordo com a Rússia de redução dos

arsenais nucleares; e, finalmente, o lançamento, em maio de 2010, do documento que materializa a Doutrina Obama, permitem o reconhecimento de uma gradual distensão dos rumos da política externa norteamericana, que deverá buscar mais a cooperação internacional.

Dessa forma, se confirma a terceira assertiva proposta na Introdução.

A quarta assertiva será confirmada a seguir.

O Brasil, nesse conturbado contexto das relações internacionais, vem demonstrando um amadurecimento da consciência de que é necessário dar continuidade à sua política externa, dessa vez de forma mais incisiva, no sentido da ocupação de um lugar de destaque no cenário global. Dessa forma, as principais implicações políticas e militares para a nação brasileira resultantes da postura assumida pelos EUA, após o 11 de Setembro, foram:

- a manutenção da pretensão nacional de assumir um assento no CS da ONU;

- a articulação da liderança brasileira sobre um grupo de países em desenvolvimento, dando origem ao G-20;

- a busca pela consolidação da imagem internacional do país;

- o reforço das relações tradicionais com os vizinhos da América do Sul e Latina;

- a diversificação de parcerias políticas no sentido Sul-Sul;

- o corte do auxílio financeiro norte-americano para a área militar;

- a maturidade da convicção de que é necessário se constituírem Forças Armadas compatíveis com a estatura econômica do país e com seu pretendido papel na comunidade internacional;

- a conscientização da classe política e da população nacional sobre a necessidade do Brasil possuir Forças Armadas à altura de sua estatura internacional; e

- a possibilidade da perda da oportunidade do necessário fortalecimento da expressão militar do Poder Nacional, comprometendo os objetivos da política externa brasileira.

Sobre essa última implicação, se depreende, da análise da condução da política externa nacional, que um de seus principais objetivos é a obtenção de um assento no CS da ONU, o que, definitivamente, alçaria a Nação a uma posição invejável no contexto internacional, trazendo reflexos positivos para diversas áreas de interesses brasileiros. Ocorre que um dos requisitos básicos para a consecução dessa meta é o país ser possuidor de Forças Armadas devidamente preparadas e equipadas para conseguir enfrentar os novos desafios que, por certo, o cargo lhes reservam. Portanto, sob pena desse ambicioso objetivo se constituir em mais um sonho do que em uma possibilidade concreta, há a necessidade de novos e vigorosos investimentos na área militar nacional.

Finalizando, a política externa brasileira, coerente com sua tradição histórica, mantém suas ações na certeza de que somente uma ordem internacional, baseada no Direito Internacional, no multilateralismo e no fortalecimento da ONU, poderá trazer reais benefícios para o mundo e, por extensão, levar os países em desenvolvimento a superarem seus graves problemas estruturais e a obterem justiça social para suas populações.

Rio de Janeiro, RJ, 19 de outubro de 2010

---

ARNALDO ALVES DA COSTA NETO - Cel Cav

## REFERÊNCIAS

ANDRESS, David. **The Terror: The Merciless War for Freedom in Revolutionary France**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

ANTUNES Claudia. EUA evitam punição de TPI contra invasões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2010, mundo 2, p.3.

BONALUME NETO, Ricardo. Maior desafio da missão no Haiti é político. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A24, 16 mai. 2004.

BRASIL. Presidente (2003 - : Lula). **Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade**. Nova York: Ministério das Relações Exteriores, 2003.

CANTANHÊDE, E.; ALENCAR, K . País defende “altivez” frente aos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A12, 21 set. 2003.

CANZIAN, Fernando. Para proteger militares, Bush corta ajuda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A11, 2 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Fernando. Brasil rechaça pressão e não assinará acordo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A11, 2 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Fernando. Bush pretende ampliar medidas contra o terror. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A18, 11 set. 2003.

CARLOS, N. **Bush e a Doutrina das Guerras sem Fim**. São Paulo: Revan, 2003.

CHOMSKY, N. **11 de setembro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CLARKE, R. A. **Contra Todos os Inimigos**. São Paulo: Francis, 2004.

DORNELES, C. **Deus é Inocente a Imprensa, não**. Rio de Janeiro: Globo, 2002.

ESTADOS UNIDOS. **curity Strategy of the United States of America**. Washington, DC: The White House, 2002.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America.** Washington, DC: The White House, 2006.

\_\_\_\_\_. **The National Security Strategy of the United States of America.** Washington, DC: The White House, 2010.

EUA decidem rever prisões em Guantánamo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A12, 14 fev. 2004.

EUA deixam combate no Iraque em 1 mês. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A14, 3 de ago. 2010.

GASPARI, Elio. Barack Obama mostrou a que veio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A14, 28 mar. 2010.

GORDON, Michael R. On War, Differing Aims. **New York Times**, New York, p. A1B3, 19 dez. 2001.

GOUREVITCH, P.; MORRIS, E. **Procdimento Operacional Padrão: Uma História de Guerra.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

HERSH, Seymour M. Torture at Abu Ghraib. **The New Yorker**, New York, 10 mai. 2004.

HUNTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

LESSA, C.; COSTA, D.; EARP, F. S. **A crise internacional e o Brasil depois do atentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LULA cobra “engajamento mundial” para enviar tropas ao Haiti. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A14, 21 abr. 2004.

MORAES, Márcio Senne de. Força da ONU depende da política dos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A22, 21 set. 2002.

\_\_\_\_\_. Doutrina Bush mina elo transatlântico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A18, 11 set. 2003.

\_\_\_\_\_. Bush revoluciona ação externa, diz analista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A29, 23 nov. 2003.

MURTA, Andrea. EUA e Rússia fecham acordo para reduzir arsenal nuclear. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 27 de mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Sem regras, Guantánamo julga seus presos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A20, 11 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. EUA exibem avanço nas condições da prisão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A21, 11 abr. 2010.

OS MAIORES ataques terroristas da história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A17, 12 mar. 2004.

RODRIGUES, Fernando. Lula terá encontro com premiê palestino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A5, 1 dez. 2003.

\_\_\_\_\_. País diz querer vaga mesmo sem poder de veto na ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A5, 4 dez. 2003.

ROSSI, Clóvis. G-23 é filho indireto da nova política Sul-Sul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A13, 21 set. 2003.

SANGER, D. E. Bush anuncia doutrina de ação preventiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A14, 21 set. 2002.

\_\_\_\_\_. A doutrina de guerra de Bush. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A16, 19 mar. 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Rumsfeld: O Ocaso de uma Doutrina. In: GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CONFLITO DO GOLFO, 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

SILVEIRA, Wilson. Lula diz que país se orgulha de militares e promete reajuste. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A4, 20 abr. 2004.

VIDIGAL, A. A. F. **11 de setembro de 2001**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2002.

WOODWARD, Bob. **Bush em Guerra**. São Paulo: Arx, 2003.